

China  
Construction Bank  
(Brasil) Banco  
Múltiplo S/A

**Demonstrações financeiras  
Consolidadas para os exercícios  
findos em 31 de dezembro de 2016  
e 2015**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>7</b>
<b>Balancos patrimoniais consolidados</b>	<b>13</b>
<b>Demonstrações de resultados</b>	<b>15</b>
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>	<b>16</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>17</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>18</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas</b>	<b>19</b>

## Relatório da Administração

### Senhores Acionistas,

A Administração do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A (CCB Brasil) “CCB Brasil” ou “Banco” submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. Os comentários aqui apresentados, exceto quando ressaltados de forma diferente, são demonstrados em base consolidada abrangendo suas empresas e em moeda nacional (Reais - R\$). As demonstrações financeiras consolidadas do CCB Brasil foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), e refletem a estrutura societária do CCB Brasil para o respectivo período.

### Principais indicadores do exercício de 2016:

- **R\$ 21,9 bilhões de ativos;**
- **R\$ 9,6 bilhões de carteira de crédito expandida;**
- **R\$ 19,3 bilhões de captação total;**

### Ambiente Econômico

A economia brasileira encolheu 3,6% em 2016. Em dois anos, houve retração de 7,2%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que calcula o Produto Interno Bruto (PIB).

A inflação oficial medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) apresentou uma trajetória de queda ao longo de 2016 e encerrou o ano em 6,28% ante 10,67% apurado em 2015. Tal movimento influenciou, a partir de outubro, o início do ciclo da redução da taxa básica de juros (Selic), que ao término de 2016 situou-se em 13,75% a.a.

A taxa de câmbio apresentou expressiva volatilidade no decorrer de 2016. A cotação ao fim do exercício foi de R\$ 3,26/US\$ ante R\$ 3,90/US\$ em 2015.

Em 2016, a balança comercial brasileira registrou superávit (vendas externas maiores que as importações) de US\$ 47,68 bilhões, saldo superior aos US\$ 19,69 bilhões apurados no ano anterior. As exportações somaram US\$ 185,24 bilhões enquanto que as importações atingiram US\$ 137,55 bilhões. O Brasil desenvolveu a sua principal corrente comercial com a China, no montante de US\$ 58,49 bilhões. As exportações e as importações atingiram, respectivamente, US\$ 35,13 bilhões e US\$ 23,36 bilhões.

O total de empréstimos no sistema financeiro alcançou R\$ 3,10 trilhões em dezembro de 2016, o que representa uma diminuição de 3,55% em doze meses. O estoque de crédito como proporção do PIB atingiu 49,39%.

### **A subsidiária China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A**

Desde 29 de agosto de 2014, o Banco faz parte do Grupo China Construction Bank Corporation (CCB), que se posiciona como o segundo maior banco comercial da China, com mais de 60 anos de histórico operacional. As ações do CCB são negociadas na Bolsa de Valores de Hong Kong e na Bolsa de Xangai.

Ao longo de 2016, houve aumento de capital no CCB Brasil no montante de R\$ 905,0 milhões, sendo R\$ 760,0 milhões no primeiro semestre e R\$ 145,0 milhões no segundo semestre.

### **Ativos**

#### **Ativos totais.**

Os ativos totais registraram R\$ 21.959,1 milhões no término de 2016, acréscimo de 56,4 % na comparação com 2015.

#### **Empréstimos e recebíveis.**

Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos e recebíveis totalizaram R\$ 7.844,6 milhões. A carteira de crédito expandida, que agrega as operações de avais e fianças somou R\$ 9.566,4 milhões.

O crédito corporativo, principal negócio do Banco, representou 66,9% dos empréstimos e recebíveis enquanto o crédito a pessoas físicas e consignado correspondeu a 33,1%, originados substancialmente pelas operações da empresa subsidiária CCB Brasil Financeira.

## Passivos

### **Captação Total.**

O montante de recursos captados alcançou R\$ 19.250,9 milhões em 2016, aumento de 58,8% nos últimos 12 meses, alinhado aos novos volumes operacionais do Banco.

### **Depósitos a prazo e Recursos de Letras Emitidas.**

Em 2016, os depósitos a prazo totalizaram R\$ 2.007,5 milhões, recuo de 28,1% em relação ao ano anterior. Do total de depósitos a prazo, R\$ 32,4 milhões estavam vinculados ao “Depósito a Prazo com Garantia Especial do Fundo Garantidor de Crédito” - DPGE, conforme Resolução CMN nº 3.692/09.

Em 31 de dezembro de 2016, a composição dos depósitos a prazo por tipo de depositante apresentava-se: pessoas jurídicas 82,1%, investidores institucionais 9,4%, pessoas físicas 8,0%, e instituições financeiras 0,5%.

O Banco diversifica seu mix de produtos financeiros por meio de recursos de letras emitidas como as LCAs, LFs e LCIs. O conjunto desses recursos alcançou R\$ 379,5 milhões no encerramento dos doze meses de 2016, correspondente a 2,0% da captação total.

### **Patrimônio Líquido.**

Em 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Líquido era de R\$ 1.606,5 milhões. O Índice de Basileia III registrou 15,13% em dezembro de 2016, o requerimento mínimo de patrimônio de referência no Brasil é de 11%.

### **Recursos Humanos**

O Banco encerrou o ano de 2016 com 597 funcionários, quadro de colaboradores 13,6% menor na comparação com 2015.

### **Relacionamento com auditores**

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, o Banco e as empresas controladas não contrataram e nem tiveram serviços prestados pela KPMG Auditores Independentes que não os serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

## Circular nº 3.068/01 BACEN

O CCB Brasil declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Mantidos até o Vencimento”, no montante de R\$ 1.220,2 milhões, o que representa 16,5% do total de títulos e valores mobiliários.

### Considerações finais

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e fornecedores pelo apoio e confiança em nossa administração, e aos nossos funcionários, pela valiosa contribuição.

(Divulgação autorizada na Reunião do Conselho de Administração de 14 de julho de 2017).

As Demonstrações Financeiras completas e auditadas e estão disponíveis no site do CCB Brasil – [www.br.ccb.com](http://www.br.ccb.com)

### Ratings

Agências/ Consultoria	Rating	Âmbito/Classificação	Data de Publicação do Rating
<b>Moody's</b>	Ba3 NP Estável  Ba1 NP Negativa  Aaa.br BR-1	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Depósitos na Escala Global em moeda estrangeira</li> <li>- Longo prazo</li> <li>- Curto prazo</li> <li>- Perspectiva</li> <li>• Depósitos na Escala Global em moeda local</li> <li>- Longo prazo</li> <li>- Curto prazo</li> <li>- Perspectiva</li> <li>• Depósitos na Escala Nacional</li> <li>- Longo prazo</li> <li>- Curto prazo</li> </ul>	16/03/2017
<b>Standard &amp; Poor's</b>	B+ B brBBB CreditWatch em desenvolvimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escala Global em moeda estrangeira e moeda local – rating de contraparte</li> <li>- Longo prazo</li> <li>- Curto prazo</li> <li>• Escala Nacional</li> <li>• Perspectiva</li> </ul>	08/03/2017
<b>Fitch Ratings</b>	AAA(bra) F1+ (bra) Estável	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escala Nacional</li> <li>- Longo prazo</li> <li>- Curto prazo</li> <li>• Perspectiva</li> </ul>	02/02/2017



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas**

Ao  
Conselho de Administração e Acionistas do  
China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil  
São Paulo - SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. - CCB Brasil ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### **Base para Opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Transferência do controle acionário e créditos tributários**

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1a - Contexto operacional, a qual informa sobre as ações previstas e implementadas pelo Banco e seu Controlador para a manutenção dos registros dos créditos tributários, para a retomada de resultados operacionais positivos, com a obtenção de resultados tributáveis em níveis suficientes à realização dos créditos tributários, e as ações para o reenquadramento dos limites mínimos de capitalização. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- **Redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2j, o CCB Brasil avalia em cada data de balanço, se há evidências objetivas de que as operações de empréstimos e recebíveis apresentam perda por redução ao valor recuperável (“impairment”). O CCB Brasil considera evidências de redução ao valor recuperável tanto para operações de empréstimos e recebíveis individualmente significativas quanto para aquelas operações de empréstimos e recebíveis avaliadas de forma coletiva. As operações de empréstimos e recebíveis, individualmente significativas com evidência objetiva de redução ao valor recuperável, são avaliadas quanto a expectativa de recuperação considerando aspectos como a situação econômica e financeira do cliente, capacidade de pagamento e garantias. Na avaliação e cálculo de redução ao valor recuperável de operações de empréstimos e recebíveis avaliadas de forma coletiva, o CCB Brasil utiliza percentuais calculados com base em estudos de perda histórica com os volumes de perda incorrida. Devido à relevância dos empréstimos e recebíveis e ao grau de julgamento relacionado à definição das evidências objetivas de redução ao valor recuperável, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.

### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Avaliamos o desenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles internos julgados como chaves e relacionados aos processos internos de aprovação e registro das operações de empréstimos e recebíveis relacionados a operações de crédito; avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos julgados como chaves utilizados na avaliação e cálculo de redução ao valor recuperável; e avaliamos o cálculo de redução ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis considerados individualmente significativos, inspecionando documentos, avaliando a suficiência das garantias e as premissas que suportam os julgamentos utilizados pelo CCB Brasil quanto ao valor recuperável dessas operações. Nós também avaliamos os modelos de cálculo utilizados pelo CCB Brasil para mensurar a redução ao valor recuperável das carteiras de empréstimos e recebíveis avaliadas de forma coletiva, incluindo testes de recálculo. Adicionalmente, avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

- **Projeção de lucros tributáveis futuros para a realização de créditos tributários**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1a e 22f, as demonstrações financeiras consolidadas incluem ativos relativos a créditos tributários, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pelo Banco e aprovados em seus níveis de governança. O Banco elaborou estudo técnico para estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais estimam a realização dos créditos tributários, a partir das premissas econômico-financeiras no plano de negócios do Novo Controlador e considera ações a serem implementadas por si e pelo Controlador, as quais serão revistas tempestivamente. Devido a relevância dos créditos tributários e das premissas de negócios e econômico-financeiras utilizadas para estimar a geração de lucros tributáveis futuros para a realização de créditos tributários que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos este assunto significativo em nossa auditoria.





#### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos chave do Banco relacionados ao processo de determinação e aprovação das premissas econômico-financeiras e as ações a serem implementadas pelo Banco e por seu Controlador utilizadas na elaboração do estudo técnico para estimar a geração de lucros tributáveis futuros, assim como, das premissas de realização dos créditos tributários. Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, recalculamos a exatidão aritmética do estudo técnico elaborado pelo Banco e analisamos a razoabilidade das principais premissas econômico-financeiras e das ações a serem implementadas pelo Banco e pelo Controlador contidas no estudo técnico elaborado para estimar a geração de lucros tributáveis futuros. Com o auxílio dos nossos especialistas em impostos, analisamos a razoabilidade das bases de cálculo dos créditos tributários constituídos e das premissas de realização desses créditos tributários no referido estudo técnico. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

- **Cessão de operações de empréstimos e recebíveis**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 8e.3, foram cedidas operações de empréstimos e recebíveis resultando no reconhecimento de receitas. As cessões foram realizadas considerando avaliações internas quanto às perspectivas de recuperação dos empréstimos e recebíveis, que servem para balizamento do modelo de preço da cessão e análises de empresa especializada a respeito dos devedores e condição dos empréstimos e recebíveis, utilizadas como fonte de informações para as referidas avaliações das perspectivas de recuperação de empréstimos e recebíveis. Por se tratar de uma transação relevante no exercício e ao grau de julgamento relacionado as avaliações internas quanto às perspectivas de recuperação dos empréstimos e recebíveis e balizamento do modelo de preço da cessão que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras consolidadas, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

#### **Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos chave do Banco relacionados ao processo da avaliação das perspectivas de recuperação dos créditos e balizamento do modelo de preço da cessão. Com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, analisamos a razoabilidade dos valores envolvidos na transação, as avaliações de empresa especializada contratada pelo Banco, a metodologia e premissas utilizadas para determinação das perspectivas de recuperação dos créditos, assim como, do balizamento do modelo de preço da cessão. Avaliamos ainda as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.



### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor**

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade do Banco e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive eventuais as deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do semestre e exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de julho de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo  
Contador CRC 1SP252419/O-0

**BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS**  
 Em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	2016	2015
DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	3	121.046	426.827
ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO		4.182.604	4.381.638
Instrumentos de dívida	5	3.845.365	3.417.143
Instrumentos de patrimônio	6	256	2.117
Derivativos	7	336.983	962.378
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA			
Instrumentos de dívida	5	2.632.750	628.131
ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO			
Instrumentos de dívida	5	1.220.217	-
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS		11.572.071	6.549.461
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	4	4.142.733	724.184
Empréstimos e adiantamentos a clientes	8	7.844.580	6.282.822
Outros empréstimos e recebíveis	9	92.342	33.658
Outros ativos financeiros		-	160.091
(-) Redução do valor recuperável de empréstimos e recebíveis	8f	(507.584)	(651.294)
ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA	10	267.842	253.733
INVESTIMENTOS	11	1.851	4.425
ATIVO TANGÍVEL	12	105.866	114.338
ATIVO INTANGÍVEL	13	108.476	107.813
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		1.621.810	1.525.332
Correntes	22c	33.878	29.910
Diferidos	22d	1.207.270	1.495.422
Presumidos	22e	380.662	-
OUTROS ATIVOS	14	124.590	51.876
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>21.959.123</b>	<b>14.043.574</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	2016	2015
PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO			
Derivativos	7	29.786	25.132
OUTROS PASSIVOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO			
Dívidas subordinadas	18	1.065.605	1.190.293
Obrigações de empréstimos no exterior	20	115.392	205.427
Passivos Financeiros Objetos de Hedge	20	4.272.211	2.391.222
PASSIVO FINANCEIRO AO CUSTO AMORTIZADO			
Dívidas subordinadas	18	920.563	705.200
Depósitos de instituições financeiras	15	7.068.214	2.325.673
Depósitos de clientes	16	2.112.377	2.942.476
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	17	434.932	573.725
Obrigações de empréstimos no país	19	116.813	68.018
Obrigações de empréstimos no exterior	20	3.144.858	1.710.202
Outros passivos financeiros		22.555	-
PROVISÕES	21	906.882	867.436
OUTRAS OBRIGAÇÕES	23	142.467	117.625
TOTAL DO PASSIVO		<u>20.352.655</u>	<u>13.122.429</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social		1.696.148	2.012.810
Reservas de Capital		24.956	-
Ações em Tesouraria		(55.105)	(55.105)
Prejuízos acumulados		(57.833)	(1.031.550)
Outros resultados abrangentes		<u>(1.698)</u>	<u>(5.010)</u>
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24	<u>1.606.468</u>	<u>921.145</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>21.959.123</u>	<u>14.043.574</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2016	2015
Receitas com juros e similares	26	3.520.055	4.596.344
Despesas com juros e similares	26	(3.340.010)	(4.119.464)
<b>RESULTADO LÍQUIDO COM JUROS E SIMILARES</b>		<b>180.045</b>	<b>476.880</b>
Ganhos com ativos e passivos financeiros (líquidos)	27	(71.984)	82.908
Diferenças cambiais (líquidas)	28	29.990	47.370
<b>RECEITA LÍQUIDA COM JUROS</b>		<b>138.051</b>	<b>607.158</b>
Resultado de equivalência patrimonial		(2.479)	(1.622)
Receita de tarifas e comissões	29	85.258	65.908
Outras receitas (despesas) operacionais	30	364.834	(123.623)
<b>TOTAL DE RECEITAS</b>		<b>585.664</b>	<b>547.821</b>
Despesas com pessoal	31	(238.954)	(239.332)
Outras despesas administrativas	32	(147.046)	(150.452)
Despesas tributárias	33	(33.129)	(28.133)
Depreciação e amortização		(20.179)	(23.905)
Perdas com redução no valor recuperável de ativos financeiros	8f	(451.847)	(1.059.777)
Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidas)		(12.007)	(2.673)
<b>PREJUÍZO ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>		<b>(317.498)</b>	<b>(956.451)</b>
Impostos sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos	22	73.265	520.949
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>(244.233)</b>	<b>(435.502)</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(244.233)	(435.502)
Ativos disponíveis para venda - Ajuste ao valor de mercado	5.521	10.959
Encargos fiscais sobre resultado abrangente	<u>(2.209)</u>	<u>(4.384)</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u><u>(240.921)</u></u>	<u><u>(428.927)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.



## DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	(-) Capital a Realizar	Reserva de Capital (Agio na Subscrição de ações)	(-) Ações em Tesouraria	Outros Resultados Abrangentes	Lucros / Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2015	<b>2.012.810</b>	-	-	<b>(55.105)</b>	<b>(11.586)</b>	<b>(596.048)</b>	<b>1.350.071</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	6.576	-	6.576
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(435.502)	(435.502)
Em 31 de dezembro de 2015	<b>2.012.810</b>	-	-	<b>(55.105)</b>	<b>(5.010)</b>	<b>(1.031.550)</b>	<b>921.145</b>
Saldos em 01 de janeiro de 2016	<b>2.012.810</b>	-	-	<b>(55.105)</b>	<b>(5.010)</b>	<b>(1.031.550)</b>	<b>921.145</b>
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	3.312	-	3.312
Redução de Capital	(1.217.950)	-	-	-	-	1.217.950	-
Aumento de capital em espécie	905.026	(3.738)	24.956	-	-	-	926.244
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(244.233)	(244.233)
Em 31 de dezembro de 2016	<b>1.699.886</b>	<b>(3.738)</b>	<b>24.956</b>	<b>(55.105)</b>	<b>(1.698)</b>	<b>(57.833)</b>	<b>1.606.468</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015  
 (Valores expressos em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2016	2015
<b>Lucro líquido consolidado do exercício</b>	<b>(244.233)</b>	<b>(435.502)</b>
Depreciação e amortização	20.179	15.915
Resultado de participações em controladas	2.479	1.622
Movimentação nos créditos tributários e passivos fiscais diferidos	(96.478)	(506.272)
Constituição de provisões - Redução do valor recuperável de empréstimos e recebíveis	451.847	1.059.777
Constituição de provisões	39.445	163.660
<b>Variação de ativos e passivos</b>	<b>1.902.770</b>	<b>(568.346)</b>
Redução (aumento) de empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	(55.120)	(75.753)
Redução (aumento) de instrumentos de dívida	(3.649.746)	(436.437)
Redução (aumento) de instrumentos de patrimônio	1.862	(250)
Aumento (redução) de derivativos	630.048	(299.478)
Redução (aumento) de empréstimos e adiantamentos a clientes	(2.157.315)	2.206.156
Redução (aumento) de outros empréstimos e recebíveis	(58.684)	8.946
Redução (aumento) de outros ativos financeiros	160.091	(9.156)
Redução (aumento) de ativos mantidos para venda	(14.108)	(8.887)
Redução (aumento) de outros ativos	(49.708)	117.068
Aumento (redução) de depósitos de instituições financeiras	4.742.541	306.800
Aumento (redução) de depósitos de clientes	(830.099)	(3.355.485)
Aumento (redução) de obrigações por títulos e valores mobiliários	(138.793)	(1.212.076)
Aumento (redução) de empréstimos no país	48.795	(21.385)
Aumento (redução) de empréstimos no exterior	1.344.621	(97.142)
Aumento (redução) de outros passivos financeiros	22.555	(3.783)
Aumento (redução) de outras obrigações	24.841	(78.706)
Aumento (redução) de passivos financeiros objetos de hedge	1.880.989	2.391.222
<b>Caixa utilizado proveniente das (nas) atividades operacionais</b>	<b>2.076.009</b>	<b>(269.146)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Alienações no tangível	2.535	-
Aplicações investimentos	95	(1.883)
Aplicações no tangível	(11.157)	(9.511)
Aplicações no intangível	(3.748)	(2.149)
<b>Caixa (utilizado) proveniente (nas) das atividades de investimento</b>	<b>(12.275)</b>	<b>(13.543)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Dívida Subordinada perpétua elegível a instrumentos de capital nível I (em processo de aprovação)	228.146	-
Dívida Subordinada perpétua elegível a instrumentos de capital nível II	(137.471)	739.687
Aumento de Capital (nota 24)	901.288	-
Ágio da emissão de ações	24.956	-
<b>Caixa (utilizado) proveniente (nas) das atividades de financiamento</b>	<b>1.016.919</b>	<b>739.687</b>
<b>Fluxo de caixa utilizado no exercício</b>	<b>3.080.653</b>	<b>456.998</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no início do exercício</b>	<b>744.464</b>	<b>287.466</b>
<b>Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício</b>	<b>3.825.117</b>	<b>744.464</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

## *1. Contexto Operacional, Apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas e Outras Informações*

---

### **a. Contexto operacional.**

O China Construction Bank (Brasil) Banco Múltiplo S/A - CCB Brasil, anterior Banco Industrial e Comercial S.A. - BICBANCO, (“Companhia”) constituído em 29 de dezembro de 1938 e autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN a operar na forma de Banco Múltiplo, desenvolvendo suas operações através das carteiras: comercial, investimentos, crédito imobiliário e de câmbio.

Por meio de empresas controladas atua nos mercados: de arrendamento mercantil, de crédito, financiamentos e investimentos, administração de fundos de investimentos, distribuição e corretagem de câmbio e valores mobiliários e administração de cartões de crédito, bem como possui participação de 50% em uma Joint Venture destinada a operações no mercado de Factoring e Forfaiting.

Em 29 de agosto de 2014, foi concluída a transferência do controle acionário do Banco para a CCB Brazil Financial Holding - Investimentos e Participações Ltda (CCB Holding) (“Controlador”), subsidiária integral do China Construction Bank Corporation. Posteriormente, em 2015, o registro de companhia aberta foi cancelado na CVM e em 30 de setembro de 2015 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a alteração da denominação social para China Construction Bank (Brasil) - Banco Múltiplo S.A - CCB Brasil, assim como foi padronizada a razão social das demais empresas investidas. O BACEN homologou essa alteração da razão social em 29 de outubro de 2015, e em 16 de novembro de 2015 foi registrada pela JUCESP.

A partir da transferência do controle acionário, as operações do CCB Brasil passaram a ser conduzidas em contexto operacional integrado com seu novo Controlador, o Grupo CCB, sediado na República Popular da China, e, respeitada a regulamentação brasileira, de lá emanam as diretrizes que orientam a formulação das políticas internas, das políticas contábeis e as práticas operacionais e de negócios. Para tanto, a administração, vem implementado um conjunto de medidas para adequar o Banco e suas subsidiárias às novas políticas de condução dos negócios vis-à-vis ao cenário econômico brasileiro. Essas ações, cujas principais descritas abaixo, estão alinhadas às premissas de realização dos créditos tributários (nota explicativa nº 28) esperadas para os próximos dez anos - prazo máximo de realização determinado na Resolução CMN nº 3.059/02, as quais podem assim serem resumidas:

- a) Equacionamento e melhoria dos custos de captação, com a obtenção de linhas de crédito, das quais, até o período findo em 31 de dezembro de 2016, foram captados junto ao controlador no exterior o montante da ordem de US\$ 2 bilhões, com possibilidade de acesso a um crédito adicional de US\$ 1 bilhão;
- b) Captações externas através da emissão de títulos no exterior, sendo:

- Bônus Perpétuo no montante de USD 70 milhões, emitidos em 29 de dezembro de 2016 elegíveis a composição do Patrimônio de Referência de nível I; e
  - Dívida subordinada de 10 anos, no montante de US\$ 100 milhões emitidos em 30 de setembro de 2015, para integrar o Patrimônio de Referência nível II.
- c) Aumentos do capital social em 2016:
- R\$ 760 milhões integralizados em abril de 2016;
  - R\$ 145 milhões integralizados em dezembro de 2016.
- d) Aumento de capital para suportar o plano de negócios e manter os níveis mínimos de capitalização durante o exercício de 2017, assim como nos exercícios subsequentes, conforme estudo técnico da realização dos créditos tributários;
- e) Retomada gradual da concessão de crédito corporativo, com aumento das receitas decorrentes de empréstimos e recebíveis a empresas de grande e médio portes;
- f) Acréscimo das receitas obtidas com a carteira de crédito consignado, devido a decisão de aumento da representatividade daquelas operações na carteira consolidada;
- g) Aumento nas receitas tarifas e comissões, consistente com o novo perfil de negócios internacionais do Banco e o desenvolvimento de produtos e serviços para atendimento a clientes estratégicos;
- h) Melhoria nos processos voltados a recuperações de créditos, e possível realização de outras operações de securitização, nos moldes semelhantes daquela realizada em novembro/2016 e que redundou em receitas de R\$ 326 milhões (nota 8e);
- i) Redução dos custos administrativos e operacionais;
- j) Investimento no desenvolvimento de produtos com suporte tecnológico; e
- k) Administração irá apresentar ao Banco Central do Brasil (BACEN), no decorrer do primeiro semestre de 2017, o pedido de dispensa previsto no parágrafo 3º do artigo 5º da Resolução 3059/2002 e alterações posteriores.

As medidas listadas atenderão objetivo de recomposição gradual do resultado da intermediação financeira e consequente retomada de resultados operacionais positivos e resultados tributáveis, em níveis suficientes à realização do estoque de créditos tributários contabilizados e a apuração de maiores margens no cumprimento dos limites operacionais mínimos de capitalização, o qual repousará sobre a premissa básica do reenquadramento e manutenção de adequada capitalização da instituição financeira por parte do controlador.

#### **b. Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.**

As demonstrações financeiras consolidadas do CCB Brasil foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), em atendimento a exigência a Resolução 3.786 do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) que, a partir da data-base 31 de dezembro de 2010, passou a exigir a elaboração e divulgação anual de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB - International Accounting Standard Board), traduzidos para a língua portuguesa por entidade brasileira credenciada pela “International Accounting Standards Committee Foundation - IASC” .

Visando aprimorar a apresentação das suas Demonstrações Financeiras Consolidadas a administração procedeu a reclassificação de alguns valores no Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2015 abrangendo as rubricas: Depósitos de Clientes, Provisões e Outras Obrigações. Tais reclassificações não alteraram o total do passivo apresentado naquele exercício.

O estudo técnico para realização do crédito tributário e as demonstrações financeiras em BRGAAP foram concluídas pela administração e aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em reunião de 28 de março de 2017.

### **c. Estimativas utilizadas.**

Os resultados consolidados e a determinação do patrimônio consolidado são impactados por políticas contábeis, premissas, estimativas e métodos de mensuração utilizados pelos administradores do CCB Brasil na elaboração das Demonstrações Financeiras. Todas as estimativas e suposições, as quais estão destacadas abaixo, aplicadas pela administração em conformidade com o IFRS são as melhores estimativas de acordo com a norma aplicável, no momento de sua aplicação. As principais políticas contábeis e métodos de mensuração estão detalhados na **nota explicativa nº 2**.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem estimativas e premissas, como a avaliação do valor justo de ativos e passivos financeiros, mensuração do valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros e o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos. Estas estimativas, na qual foram efetuadas com a melhor informação disponível, são basicamente as seguintes:

- *Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros;*

O “valor justo” de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser adquirido ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”).

Caso não haja um preço de mercado disponível para um instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro considerando, quando aplicável, dados observáveis no mercado.

O método de desconto ao valor presente para avaliação de instrumentos financeiros (método aplicável principalmente para instrumentos de dívida, swaps e operações a termo): os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente utilizando-se as curvas calculadas com base em dados observáveis de mercado (PU Anbima, DIs e DDIs Futuros etc.).

A metodologia utilizada para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros é descrita em detalhes na **nota explicativa nº 2**:

- *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros;*

O CCB Brasil reconhece as perdas inerentes a ativos financeiros não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base da apresentação das demonstrações financeiras, calculadas por meio da mensuração do valor presente dos fluxos de caixa estimados das operações nas quais foram constatadas evidências objetivas de deterioração. Maiores detalhes são apresentados na **nota explicativa nº 2 j**.

As rendas dos empréstimos e recebíveis vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

- *Mensuração do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis;*

Nas datas-base de divulgação das demonstrações financeiras, o CCB Brasil possui como prática a verificação da existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

- *Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos;*

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável a apuração de lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

As estimativas de apuração de lucros tributáveis futuros, baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas.

• *Provisões, Contingências e Outros Compromissos;*

O Banco e suas controladas revisam periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado na **nota explicativa nº 21**.

O detalhamento das Provisões, Contingências e Outros Compromissos está apresentado na **nota explicativa nº 21**.

## 2. Práticas Contábeis e Critérios de Apuração.

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

### a) Transações em moedas estrangeiras e moeda funcional.

As demonstrações financeiras individuais de cada entidade estão apresentadas na moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera (moeda funcional). Para o propósito de consolidação das demonstrações financeiras, o resultado e a posição financeira das entidades consolidadas estão expressos em Real, moeda funcional do CCB Brasil e moeda de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio à vista no final do exercício.

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são geralmente reconhecidas pelo seu valor líquido como “Diferenças Cambiais (Líquidas)” na demonstração consolidada de resultado, com exceção das variações cambiais decorrentes de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado, que são reconhecidas na demonstração consolidada de resultado como “Ganhos (perdas) com ativos financeiros (líquidos)” sem distingui-las de outras variações no valor justo.

### b) Base para consolidação.

#### i. Subsidiárias

As demonstrações financeiras das entidades sobre as quais o Banco exerce controle estão consolidadas. Conseqüentemente, todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados nessa consolidação.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do CCB Brasil, bem como das seguintes subsidiárias:

Denominação social	País de origem	Método de Consolidação	Participação	
			2016	2015
<u>Agência no Exterior</u>				
Cayman	Cayman	Integral	100%	100%
<u>Subsidiárias diretas no País</u>				
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A	Brasil	Integral	100%	100%
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A	Brasil	Integral	100%	100%
CCB Brasil Informática S/A	Brasil	Integral	100%	100%
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	Brasil	Integral	100%	100%
CCB Brasil S/A - Crédito, Financiamentos e Investimentos	Brasil	Integral	100%	100%
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda.	Brasil	Integral	100%	100%
CCB Brasil Cobrança Ltda.	Brasil	Integral	100%	100%



As subsidiárias apresentavam as seguintes posições patrimoniais e resultados(\*):

	Total de ativos		Total de passivos		Resultado		Total Patrimônio Líquido	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
CCB Brasil DTVM	20.911	20.169	1.075	2.001	1.668	1.247	18.168	16.921
CCB Brasil Leasing**	293.507	280.137	45.037	51.660	19.993	14.022	228.477	214.455
CCB Brasil Financeira	2.336.306	1.290.610	2.242.820	1.159.831	(37.287)	(4.027)	130.773	134.806
Outras	110.111	79.647	93.804	63.484	(83)	2.128	16.390	14.035

(\*) Saldos apresentados conforme práticas contábeis exigidas pelo BACEN.

(\*\*) As operações de arrendamento mercantil são apresentadas pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual antecipado. As demais controladas estão de acordo com suas demonstrações individuais.

### c) Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture) - BRASILFactors.

O CCB Brasil, em 25 de abril de 2011, assumiu participação de 40 % no capital da BRASILFactors S.A., uma joint venture, que tem como demais acionistas o FIMBank PLC (40%) e o International Finance Corporation - IFC (20%). No primeiro trimestre de 2015, o CCB Brasil e o FIMBANK alteraram o percentual de participação no capital da BRASILFactors S.A para 50%, o controle permanece compartilhado. A BRASILFactors não faz parte do Consolidado CCB, permanecendo como investimento. As atividades principais da empresa são voltadas aos serviços de *factoring* e *forfaiting*, compreendendo a aquisição de recebíveis do mercado doméstico e internacional, tendo por mercado alvo as empresas pequenas e médias.

### d) Definições e classificação dos instrumentos financeiros.

#### i. Data de reconhecimento

Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o CCB Brasil se torna uma parte integrante na relação contratual do instrumento. Isso inclui: compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega do ativo em tempo determinado estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

#### ii. Reconhecimento inicial de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros em seu reconhecimento inicial depende de suas características e do propósito e finalidade pelos quais os instrumentos financeiros foram adquiridos pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação.

*iii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração*

Os ativos financeiros são classificados para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos com o propósito de geração de resultado no curto prazo decorrente de sua negociação ou designados nessa categoria no reconhecimento inicial. Derivativos por suas características são classificados nessa categoria.
- Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros não mantidos para negociação e mensurados, em sua totalidade, ao valor justo. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.
- Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os ativos financeiros não classificados como “Investimentos mantidos até o vencimento”, “Empréstimos e recebíveis” ou “Ativos financeiros ao valor justo no resultado” e os instrumentos de patrimônio emitidos por outras entidades que não são subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto. Ativos financeiros disponíveis para venda são demonstrados ao valor justo com as alterações no valor justo reconhecidas em componente destacado de “ajuste ao valor justo” no patrimônio líquido, líquido de efeitos tributários, com exceção das perdas por redução do valor recuperável e juros destes ativos os quais são reconhecidas no resultado. Quando o investimento é alienado ou tem indícios de perda por redução do valor recuperável, o resultado anteriormente acumulados na conta de ajustes ao valor justo no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado.
- Empréstimos e recebíveis: essa categoria inclui empréstimos, financiamentos e outros recebíveis com ou sem característica de concessão de créditos, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de concessão de crédito. A característica preponderante do grupo de empréstimos e recebíveis é a não existência de mercado ativo, sendo estes mensurados pelo custo amortizado, reduzidos por eventual redução no valor recuperável, sendo as receitas deste grupo reconhecidas em base de rendimento efetivo por meio da utilização da taxa efetiva de juros.
- Investimentos mantidos até o vencimento: essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, para os quais o CCB Brasil tem intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento. Estes investimentos são mensurados ao custo amortizado menos perda por não recuperação, com receita reconhecida em base de rendimento efetivo.

### e) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo.

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

#### *i. Mensuração dos ativos financeiros*

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, instrumentos de patrimônio, cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos de patrimônio dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos.

Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. O valor justo na data do negócio equivale, até prova em contrário, ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros líquidos” da demonstração consolidada do resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diariamente; se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração (“valor presente” ou “fechamento teórico”), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os “Empréstimos e recebíveis” são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O “custo amortizado” é considerado equivalente ao custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos empréstimos e recebíveis objeto de hedge em hedges de valor

justo, são reconhecidas as alterações do valor justo desses ativos relacionados ao(s) risco(s) objeto dos hedges.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

Os instrumentos de patrimônio cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e os derivativos financeiros que tenham como objeto instrumentos dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega desses instrumentos, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras. Além disso, o Banco recebeu garantias e outros incrementos de crédito para mitigar sua exposição ao risco de crédito, os quais compreendem principalmente hipotecas, cauções em dinheiro, instrumentos de patrimônio, fianças, ativos arrendados mediante contratos de leasing e locação, ativos adquiridos mediante compromissos de recompra, empréstimos de títulos e derivativos.

#### *ii. Mensuração dos passivos financeiros*

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros para negociação” e os passivos financeiros designados como objeto de hedge (ou instrumentos de proteção) em hedges de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.

#### *iii. Técnicas de avaliação*

Os métodos adotados pelo CCB Brasil para a apuração do valor justo dos instrumentos financeiros seguem três diferentes níveis, conforme segue:

- Nível 1: Utiliza como referência cotações públicas e preços disponíveis em mercado ativo. Estão incluídos nesse nível, substancialmente, os títulos de emissão do tesouro nacional, títulos de emissão privada com mercado secundário “ativo”, e os instrumentos de patrimônio (ações) de outras entidades.

- Nível 2: Na ausência de cotações públicas, o CCB Brasil, através de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado para negociação do instrumento. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis. Os instrumentos financeiros derivativos, cuja mensuração está atrelada à construção de curvas por meio da utilização de taxas divulgadas pela BM&F estão alocados neste nível além das emissões no exterior com preços disponíveis no mercado secundário.

- Nível 3: Caso também não existam disponíveis dados baseados em parâmetros de mercado observáveis, a Administração se utiliza de informações internas e modelos internos para a apuração do melhor valor justo dos ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não havia instrumentos financeiros enquadrados nesse nível.

Não houve reclassificações entre o nível 1 e o nível 2 nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pela Companhia para apurar seu valor justo:

	2016			2015		
	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Total	Cotações publicadas de preço em mercados ativos (Nível 1)	Modelos internos (Nível 2)	Total
Ativos financeiros para negociação	3.845.621	336.983	4.182.604	3.419.260	962.378	4.381.638
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.632.750	-	2.632.750	628.131	-	628.131
Ativos financeiros mantidos para vencimento	1.220.217	-	1.220.217	-	-	-
Passivos financeiros para negociação	-	29.786	29.786	-	25.132	25.132
Outros passivos ao valor justo através do resultado	-	1.180.997	1.180.997	-	1.395.720	1.395.720
Obrigações com empresa controlada (Hedge)	-	4.272.211	4.272.211	-	2.391.222	2.391.222

As principais técnicas usadas pelos modelos internos (nível 2) do CCB Brasil para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros detalhados na tabela a seguir são as seguintes:

	Valores justos calculados utilizando-se modelos internos		Técnicas de avaliação	Principais premissas
	2016	2015		
<b>Derivativos Ativos</b>	<b>336.983</b>	<b>962.378</b>		
Contratos de swap	334.972	933.773	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Operações a termo	2.011	28.605	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio e juros)
<b>Derivativos Passivos</b>	<b>29.786</b>	<b>25.132</b>		
Contratos de swap	27.759	24.527	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Obrigação Compra/Venda de opção de ação	2.027	605	Modelo Black-Scholes	Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio e juros)
<b>Outros passivos ao valor justo através do resultado</b>	<b>5.453.208</b>	<b>3.786.942</b>		
Dívidas subordinadas	1.065.605	1.190.293	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Passivos Financeiros objetos de hedge	4.272.211	2.391.222	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Obrigações por empréstimos no exterior	115.392	205.427	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)

iv. Demais passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A classificação das captações externas na categoria “passivos financeiros ao valor justo através do resultado” viabiliza a neutralização do efeito da mensuração do valor justo dos derivativos, uma vez que os passivos assim designados em sua originação são mensurados ao valor justo.

O quadro abaixo tem o propósito de comparar o valor justo que está sendo utilizado contabilmente para mensuração de referidos passivos (incluindo todos os fatores de risco), o valor justo desconsiderando o fator de risco de crédito (utilizado para mensuração do valor base para liquidação das obrigações no vencimento):

	2016			2015		
	Custo Amortizado	Valor Justo (sem risco de Crédito)	Valor Justo	Custo Amortizado	Valor Justo (sem risco de Crédito)	Valor Justo
Dívidas subordinadas	1.001.781	1.097.753	1.065.605	1.200.899	1.315.282	1.190.293
Obrigações por empréstimos no exterior	118.516	185.634	115.392	223.262	222.419	205.427
Obrigações com empresa controladora	-	4.272.211	4.272.211	2.355.297	2.391.222	2.391.222
<b>Total</b>	<b>1.120.297</b>	<b>5.555.598</b>	<b>5.453.208</b>	<b>3.779.458</b>	<b>3.928.923</b>	<b>3.786.942</b>

#### f) Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado, exceto empréstimos e recebíveis. No mesmo sentido, os passivos financeiros, exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo através do resultado são avaliados ao custo amortizado.

O quadro abaixo tem como propósito demonstrar o valor justo dos ativos e passivos não mensurados ao valor justo.

	2016		2015	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS</b>				
Empréstimos e adiantamentos a IF´s	4.142.733	4.142.733	724.184	724.184
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7.844.580	8.802.239	6.282.822	6.530.746
Outros empréstimos e recebíveis	92.342	92.342	33.658	33.658
Outros ativos financeiros	-	-	160.091	160.091
<b>PASSIVO FINANCEIRO AO CUSTO AMORTIZADO</b>				
Dívidas subordinadas	920.563	1.065.605	705.200	890.868
Depósitos de instituições financeiras	7.068.214	7.068.185	2.325.673	2.330.540
Depósitos de clientes	2.112.377	2.280.596	2.950.654	2.986.933
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	434.932	434.932	573.725	486.869
Obrigações de empréstimos no país	116.813	116.813	68.018	68.018
Obrigações de empréstimos no exterior	3.144.858	3.144.858	1.710.202	1.690.914
Outros passivos financeiros	22.555	22.555	-	-

#### g) Baixa de ativos e passivos financeiros.

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros.

#### h) Compras normais de ativos financeiros.

As compras normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de transação. Os ativos são revertidos quando os direitos de receber fluxos de caixa expirar ou quando o CCB Brasil tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade.

#### **i) Apresentação líquida de instrumentos financeiros.**

Ativos e passivos financeiros e suas respectivas receitas e despesas relacionadas, são apresentados líquidos nas demonstrações financeiras se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As receitas e as despesas são apresentadas em bases líquidas somente quando referem-se as Ganhos e perdas com ativos e passivos financeiros (líquidos) e Variações cambiais (líquidas) conforme demonstrado detalhadamente na **nota nº 27 e 28**, respectivamente.

#### **j) Ativos financeiros não recuperáveis.**

Em cada data de balanço, o CCB Brasil avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros (exceto aqueles contabilizados ao valor justo através resultado) apresentam alguma evidência de redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros são considerados com redução do valor recuperável quando evidências objetivas demonstram que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que esta perda representa um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo que podem ser estimados de modo confiável. O CCB Brasil considera evidências de redução ao valor recuperável tanto para ativos individualmente significativos como no nível coletivo. Todos os ativos financeiros individualmente significativos são avaliados para se detectar perdas específicas e coletivas. Os ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente para se detectar redução ao valor recuperável, que é estimada considerando o agrupamento de ativos financeiros (contabilizados a custo amortizado) com características e risco similares.

O CCB Brasil considera “evidências objetivas de redução no valor recuperável” os seguintes indicadores:

- a) Quebra contratual, como inadimplência ou mora no pagamento dos contratos;
- b) Classificações definidas pela área de crédito do CCB Brasil que indicam deterioração das operações;
- c) Operações de clientes em recuperação judicial;
- d) Empréstimos e recebíveis renegociados.



Para ativos instrumentos de dívida ou de patrimônio que sejam negociados em mercado ativo, uma redução significativa no volume de operações ou ausência de liquidez também podem ser considerados como evidência de redução no valor recuperável, para fins desta análise, estes ativos são periodicamente avaliados pela área de Risco de Mercado do CCB Brasil.

As operações identificadas individualmente com evidência objetiva de redução ao valor recuperável são avaliadas quanto a expectativa de recuperação considerando aspectos como a situação econômico e financeira do cliente, capacidade de pagamento do devedor, prazo estimado para recebimento, garantias, probabilidade de recuperação e outros aspectos relacionados às condições da operação. Esta avaliação visa a obtenção de fatos e dados que serão utilizados para mensuração do valor presente recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contábil dos ativos financeiros e o valor presente recuperável, descontado pelas taxa de juros efetiva original dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado na conta “Perdas com redução do valor recuperável de ativos financeiros”. As rendas dos empréstimos e recebíveis vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Na avaliação e cálculo da redução ao valor recuperável coletiva, efetuada tanto para ativos que individualmente não possuam evidência de redução no valor recuperável, quanto para ativos não individualmente significativos, o CCB Brasil utiliza percentuais calculados com base em estudos de perda histórica que levam em conta os volumes de perda incorrida nos últimos três anos, preços médios praticados em cessões de crédito para empresas securitizadoras, e o comportamento dos grupos de ativos com características e riscos de crédito similares. Nas situações em que se constatar que os percentuais de perda histórica não representam exatamente as condições atuais de risco de crédito de um grupo de ativos, estes percentuais são ajustados conforme o julgamento da administração. O exercício deste julgamento, quando necessário, leva em conta, dentre outros, as condições atuais da economia (e do cenário doméstico de crédito), e pode levar a ajustes nos percentuais de perda histórica uma vez constatado que as perdas reais possuem a probabilidade de serem superiores ou inferiores àquelas sugeridas pela modelagem histórica.

A partir de setembro de 2014, objetivando alinhar a política interna de redução do valor recuperável de operações créditos às práticas do novo controlador, a provisão para redução do valor recuperável a considerar os seguintes aspectos julgados relevantes:

- a) aumento no valor base de exposição para determinação de exposição significativa.
- b) maior destaque à utilização de garantias para avaliação do valor recuperável de empréstimos e recebíveis.

c) alteração dos indicadores de perda passando a considerar atrasos superiores a 90 dias, operações em recuperação judicial e créditos classificados entre D e H de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução 2.682/99 do CMN.

d) redução do número de anos para apuração da média móvel de perda histórica para apuração da provisão de perda de valor de exposições não significativas.

As perdas por redução ao valor recuperável com Títulos de investimento disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período.

Os ativos financeiros são retirados do balanço da entidade quando não há mais expectativa de recuperação.

#### **k) Operações compromissadas.**

Compras (vendas) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras” ou “Empréstimos e adiantamentos a clientes” (“Depósitos de instituições financeiras” ou “Depósitos de clientes”).

Diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como juros ao longo do prazo do contrato.

#### **l) Ativos não financeiros mantidos para venda.**

Ativos não correntes destinados à venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“Operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das informações financeiras. Ativos não correntes para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não correntes destinados à venda não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

Perdas por não-recuperação com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em “Ganhos (perdas) com ativos não circulantes destinados à venda não classificados como operações descontinuadas” na demonstração consolidada do resultado. Ganhos com um ativo não circulante destinado à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas por não-recuperação previamente reconhecidas.

**m) Períodos de vencimento residual.**

A análise dos vencimentos dos saldos de determinados itens nos balanços patrimoniais consolidados é informada na **nota explicativa nº 34-b**.

**n) Ativo tangível.**

Ativo tangível inclui o valor de móveis, veículos, hardware e outros utensílios de propriedade das entidades consolidadas, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual.

A despesa de depreciação do ativo tangível é reconhecida na demonstração consolidada do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

Tipo de Ativo	Taxa Anual
Prédios para uso próprio	4%
Móveis	10%
Utensílios	10%
Automóveis	20%
Equipamentos de escritório e Informática	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20%

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Caso seja constatada redução no valor recuperável de um ativo tangível, o valor apurado e as respectivas reversões (se este for o caso) são registrados no resultado do período na linha de “Ganhos (Perdas) com outros ativos (líquidas)”.

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, as entidades consolidadas reconhecem a reversão da perda por não-recuperação reconhecida em períodos anteriores e ajustam as despesas de depreciação futuras de acordo. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

**o) Contabilização de leasings.**

*Leasings* financeiros são *leasings* que transferem ao arrendatário substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo arrendado.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendadoras de um ativo, a soma do valor presente dos pagamentos a serem recebidos do arrendatário em relação ao *leasing* mais o valor residual garantido - que, de modo geral, é o preço de exercício da opção de compra do arrendatário ao final do prazo do *leasing* - é reconhecida como empréstimo a terceiros e, portanto, incluída na rubrica “Empréstimos e adiantamento a clientes” no balanço patrimonial consolidado.

**p) Ativo intangível.**

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem prováveis que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

*i. Ágio obtido em uma aquisição de subsidiárias*

O ágio é originado no processo de aquisição de subsidiárias.

O ágio representa o excesso do custo da aquisição em razão do interesse da entidade no valor justo dos ativos, dos passivos e dos passivos contingentes identificáveis na empresa adquirida na data da aquisição. Quando este excesso é negativo (deságio), é reconhecido imediatamente no resultado. O ágio é classificado como um intangível de vida útil indefinida, assim sendo, ele não é passível de amortização pelo prazo de benefício econômico futuro esperado.

A não-recuperação do ágio (ou seja, uma redução em seu valor recuperável abaixo de seu valor contábil) é avaliada ao final de cada período apresentado, e qualquer não-recuperação é baixada e debitada à rubrica “Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidas) - outros ativos intangíveis” na demonstração consolidada do resultado.

Uma perda por não-recuperação reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente.

**q) Outros ativos.**

Este item inclui o saldo de todos os adiantamentos, despesas antecipadas, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

**r) Outras obrigações.**

Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

**s) Provisões, ativos e passivos contingentes.**

A Administração, ao elaborar as demonstrações financeiras consolidadas, efetua uma distinção entre:

- Provisões: saldos credores que cobrem obrigações presentes na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda para as entidades consolidadas cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos. De acordo com as normas contábeis, provisões devem ser reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas.
- Ativos contingentes: possíveis ativos que se originem de eventos passados e cuja existência dependa da ocorrência ou não-ocorrência de eventos além do controle do CCB Brasil. Ativos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado ou na demonstração consolidada do resultado, mas sim divulgados nas notas explicativas, desde que seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.
- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. Incluem as obrigações presentes das entidades consolidadas, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes não são reconhecidos contabilmente, devendo seus efeitos ser apenas divulgado na face das notas explicativas.

Provisões que são quantificadas com base nas melhores informações disponíveis sobre as conseqüências do evento que lhes deu origem e revisadas e ajustadas ao final de cada exercício são usadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Provisões para passivos contingentes, compromissos, provisões para impostos e outras contingências legais e outras provisões, incluem o valor das provisões reconhecidas para cobrir contingências fiscais e legais e ações judiciais trabalhistas e cíveis e das demais provisões reconhecidas pelas entidades consolidadas.

#### **t) Reconhecimento de receitas e despesas.**

Os critérios mais significativos utilizados pelo CCB Brasil para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

##### *i. Receitas e despesas com juros e similares*

Receitas e despesas com juros e similares são reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

##### *ii. Comissões, tarifas e itens similares*

Receitas e despesas de honorários e comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas.
- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços.
- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

##### *iii. Receitas e despesas não financeiras*

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

#### **u) Garantias financeiras.**

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou avalizados pela entidade, etc.

O CCB Brasil reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas no passivo do balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo, e, simultaneamente, reconhece no ativo do balanço patrimonial consolidado o valor de taxas, comissões e juros a receber ao valor presente.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre empréstimos e recebíveis mensurados ao custo amortizado.

Se uma provisão específica for necessária para garantias financeiras, as respectivas comissões a apropriar reconhecidas sob a rubrica “Passivos financeiros ao custo amortizado - outros passivos financeiros” no balanço patrimonial consolidado são reclassificados para a provisão adequada.

#### **v) Impostos sobre a renda.**

Os impostos sobre a renda são calculados sobre o lucro contábil ajustado nos termos da legislação tributária, às alíquotas de 15%, acrescida de adicional de 10% acima de determinado limite para o imposto de renda e, de 15% sobre lucro antes da dedução do imposto de renda para a contribuição social até agosto de 2015 e, a partir de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, 20%, conforme a lei nº 13.169/15.

A expectativa de realização dos créditos tributários do Banco, conforme demonstrada na **nota explicativa nº 22f**.

A despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa com impostos sobre a renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que sejam considerados prováveis que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

#### **w) Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa.**

Os termos a seguir são usados nas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor.
- Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.
- Atividades de investimento: a aquisição e a venda de outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

Ao preparar a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez que estão sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor foram classificadas como “Caixa e equivalentes de caixa”.

#### **x) Adoção de novas normas e interpretações**

O Banco adotou as normas e interpretações que entraram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016. As seguintes normas e interpretações são aplicáveis ao Banco e não tiveram efeito relevante sobre as demonstrações financeiras:



- Alteração da IFRS 11 - Negócios em Conjunto (Business Jointly) - A alteração estabelece critérios de contabilização para aquisição de empreendimentos controlados em conjunto e operações em conjunto, que constituem um negócio, conforme metodologia estabelecida na IFRS3 - Combinações de Negócios. Efetiva para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016.
- Alteração da IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras -As alterações são relativas aos conceitos de materialidade, ordem das notas explicativas, subtotais, políticas contábeis e desagregação. Efetiva para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016.
- Alterações das IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS28 - Venda ou Transação de Ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento em conjunto - Estas alterações estabelecem que um ganho ou perda deve ser reconhecido pelo seu montante integral quando a transação envolve ativos que constituem um negócio (se o negócio está registrado em uma subsidiária ou não). Quando a transação envolve ativos que não constituam um negócio, um ganho ou perda parcial é reconhecida, mesmo que esses ativos estejam registrado sem uma subsidiária. Efetiva para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016.
- Alteração da IAS 16 - Imobilizado e IAS 38 - Ativos Intangíveis - A alteração esclarece o princípio base para depreciação e amortização como sendo o padrão esperado de consumo dos benefícios econômicos futuros do ativo. Efetiva para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016.
- Alterações da IAS 27 - Método de Equivalência Patrimonial nas Demonstrações Financeiras Separadas - As alterações permitiram o uso do método da equivalência patrimonial como uma opção nas demonstrações financeiras individuais de uma entidade para a contabilização de investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas. Efetiva para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2016.
- Ciclos de Atualizações do IFRS

Alterações no IFRS. Ciclo 2012 -2014 (obrigatório para exercícios anuais, que iniciam em 1 de janeiro de 2016) - Estas alterações introduzem pequenas alterações às IFRS 5 - Ativos não circulantes mantidos para a venda e operações descontinuadas, IFRS 7 -Instrumentos Financeiros, IAS 19 - Benefícios aos Empregados e IAS 34 - Relatório financeiro intermediário.

**y) Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor.**

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras. Não houve por parte da instituição adoção antecipada das normas e/ou alterações das normas apresentadas abaixo:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros, emitido em seu formato final em julho de 2014 e com data de aplicação obrigatória a partir de janeiro de 2018 (permitida aplicação antecipada), substituirá em sua plenitude o IAS39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O IFRS 9 apresenta diferenças significativas com relação à:
  - (i) Classificação e mensuração: Com a classificação de ativos financeiros baseada no modelo de negócios em que tal ativo é mantido e nos fluxos de caixa contratuais deste ativo. Desta forma, foram definidas três categorias de ativos financeiros, sendo elas “custo amortizado”, “valor justo através de outros resultados abrangentes” e “valor justo através do resultado”. Para os passivos financeiros a principal alteração introduzida afeta a opção ao valor justo, em que a mudança no valor justo do passivo financeiro atribuível ao risco de crédito próprio da entidade deve ser registrada em linhas destacadas do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes.
  - (ii) Metodologia de impairment: Com a introdução do conceito de reconhecimento da perda de crédito esperada para o instrumento financeiro desde seu reconhecimento inicial, com posteriores alterações na provisão conforme mensurações subsequentes da expectativa de perda de crédito. Deste modo, não é mais necessário que ocorra o evento de perda para que a provisão seja reconhecida (conforme definido no IAS 39). Os conceitos introduzidos pela norma devem ser aplicados apenas para as categorias “custo amortizado” e “valor justo através de outros resultados abrangentes”.
  - (iii) Contabilidade de hedge: Com a inclusão de requerimentos que aproximam mais a contabilidade de hedge do gerenciamento de riscos da entidade, com uma abordagem baseada em princípios, que apontou assim as principais inconsistências e fraquezas do IAS39. Os três métodos de contabilização de hedge existentes na norma aplicada atualmente são mantidos (que são: hedge de fluxo de caixa, hedge do valor justo e hedge de investimentos líquidos em operações no exterior).

A adoção do IFRS acima mencionado terá efeito sobre as demonstrações financeiras consolidadas no que se refere à atual classificação em categorias dos instrumentos financeiros e à atual metodologia de mensuração de impairment, que é baseada no reconhecimento da perda a partir do evento de crédito ocorrido. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- IFRS15 - Receitas de contratos com clientes: Foi emitido em maio de 2014 e é aplicável para relatórios anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2018. A norma em IFRS especifica como e quando será reconhecida a receita, bem como a exigência de que as Entidades forneçam aos usuários, em suas demonstrações financeiras, maior nível de informação e com notas explicativas relevantes. A norma traz cinco princípios básicos a serem aplicados a todos os contratos com clientes. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.
- Alteração da IFRS 16 - Contratos de Leasing - Emitida em janeiro de 2016, com data de aplicação obrigatória a partir de janeiro de 2019. Esta norma contém uma nova abordagem para os contratos de leasing, que requer ao arrendador reconhecer ativos e passivos pelos direitos e obrigações criados pelo contrato. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Os possíveis impactos decorrentes das alterações vigentes a partir de 2017 estão sob a análise do Banco, que deverá ser concluída até a data de entrada em vigor da norma.

*3. Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil*

---

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa	1.102	1.073
Depósitos bancários de IF`s sem conta reserva	454	918
Depósitos no exterior em moedas estrangeiras	109.187	391.527
Depósitos compulsórios no Banco Central	<u>10.303</u>	<u>33.309</u>
	121.046	426.827
 Moeda:		
Real	11.859	35.300
Dólar norte-americano	<u>109.187</u>	<u>391.527</u>
	121.046	426.827

#### 4. *Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras*

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis	4.142.733	724.184
	<u>4.142.733</u>	<u>724.184</u>
Tipo:		
Operações compromissadas	3.578.596	-
Depósitos interfinanceiros	144.423	350.946
Outros empréstimos	419.714	373.238
	<u>4.142.733</u>	<u>724.184</u>
Moeda:		
Real	4.011.576	393.570
Dólar norte-americano	131.157	330.614
	<u>4.142.733</u>	<u>724.184</u>

A **nota explicativa nº 34-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis.

## 5. Instrumentos de Dívida

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Instrumentos de dívida” é a seguinte:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Ativos financeiros para negociação	3.845.365	3.417.143
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.632.750	628.131
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	<u>1.220.217</u>	<u>-</u>
	7.698.332	4.045.274
Tipo:		
<i>Ativos financeiros para negociação:</i>	<u>3.845.365</u>	<u>3.417.143</u>
Títulos do governo brasileiro	3.794.767	3.313.850
Cotas de Fundos de Multimercado	50.598	103.293
<i>Ativos financeiros disponíveis para venda:</i>	<u>2.632.750</u>	<u>628.131</u>
Títulos do governo brasileiro - NTN	2.632.750	628.131
<i>Ativos financeiros mantidos até o vencimento:</i>	<u>1.220.217</u>	<u>-</u>
Títulos do governo brasileiro - Global Bonds	1.220.217	-
Moeda:		
Real	6.478.115	4.045.274
Dólar	<u>1.220.217</u>	<u>-</u>
	7.698.332	4.045.274

## 6. Instrumentos de Patrimônio

---

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica “Instrumentos de patrimônio” é a seguinte:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Classificação:		
Ativos financeiros para negociação	<u>256</u>	<u>2.117</u>
Tipo:		
Ações de empresas nacionais	-	1.861
Outros ativos financeiros	<u>256</u>	<u>256</u>
	256	2.117

A **nota explicativa nº 34-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros para negociação, instrumentos de patrimônio.

## 7. Instrumentos Financeiros Derivativos

Os detalhes, por tipo de risco inerente, do valor justo dos derivativos para negociação são indicados a seguir:

	Diferencial		Valor de Referência - 2016			
	A Receber	A Pagar	Posição Líquida dos Contratos Ativos e (Passivo)	Posição Líquida dos Contratos Ativos e (Passivo)		Total
				A Vencer até 3 meses	A vencer de 3 a 12 meses	
<b>Contratos de Swap:</b>						
Mercado Interfinanceiro	11.069	18.812	11.750	(909.037)	(290.655)	(1.187.942)
Moeda Estrangeira	324.935	112	(11.750)	947.057	290.655	1.225.962
Pré	968	3.213	-	(38.020)	-	(38.020)
Ajuste ao Valor de Mercado	(2.000)	5.621	-	-	-	-
Subtotal Swap	334.972	27.758				
<b>Contratos de Termo/NDF:</b>						
Compra de Termo/NDF	-	1.811	3.693	19.833	-	23.526
Venda de Termo/NDF	2.011	217	79.936	-	-	79.936
Subtotal Termo/NDF	2.011	2.028				
<b>Contratos de Opções Flexíveis</b>						
Compra de Opções Flexíveis	-	-	-	146.632	-	146.632
Subtotal Opções	-	-				
<b>Total</b>	<b>336.983</b>	<b>29.786</b>				
<b>Contratos Futuros:</b>						
Venda - Mercado Interfinanceiro	-	-	(4.113.826)	(199.586)	(3.829.243)	(8.142.655)
Compra - DDI - Cupom Cambial	-	-	823.416	2.593.119	10.946	3.427.481
Venda - DDI - Cupom Cambial	-	-	(61.046)	-	-	(61.046)
Compra - Moeda Estrangeira	-	-	66.845	-	-	66.845
Venda - Moeda Estrangeira	-	-	(335.391)	-	-	(335.391)



	Valor de Referência - 2015					
	Diferencial		Posição Líquida dos Contratos Ativos e (Passivo)			
	A Receber	A Pagar	A Vencer até 3 meses	A vencer de 3 a 12 meses	A vencer mais de 12 meses	Total
<b>Contratos de Swap:</b>						
Mercado Interfinanceiro	-	39.187	(37.627)	(2.036.479)	(397.203)	(2.471.309)
Moeda Estrangeira	953.784	9.412	37.627	2.036.479	397.203	2.471.309
Ajuste ao Valor de Mercado	(20.011)	(24.072)	-	-	-	-
Subtotal Swap	933.773	24.527	-	-	-	-
<b>Contratos de Termo/NDF:</b>						
Compra de Termo/NDF	26.014	172	78.400	142.907	-	221.307
Venda de Termo/NDF	2.591	433	(17.110)	(64.480)	-	(81.590)
Subtotal Termos/NDF	28.605	605				
<b>Contratos de Opções Flexíveis</b>						
Compra de Opções Flexíveis	-	-	-	-	175.689	175.689
Subtotal Opções	-	-				
<b>Total</b>	<b>962.378</b>	<b>25.132</b>				
<b>Contratos Futuros:</b>						
Compra - Mercado Interfinanceiro	-	-	16.242	28.651	-	44.893
Venda - Mercado Interfinanceiro	-	-	(79.417)	(233.338)	(3.831.878)	(4.144.633)
Compra IND	-	-	3.071	-	-	3.071
Compra - DDI - Cupom Cambial	-	-	9.826	23.487	-	33.313
Venda - DDI - Cupom Cambial	-	-	-	(56.963)	-	(56.963)
Venda - Moeda Estrangeira	-	-	(374.793)	-	-	(374.793)

A **nota explicativa nº 34-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual dos derivativos.

O Banco realiza operações de derivativos tradicionais que visam atender as necessidades dos clientes, bem como executar sua política de gestão de riscos, como forma de minimização dos riscos resultantes das operações financeiras.

Com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira o CCB Brasil contratou operações de Swap (USDxCDI) registrando-as na CETIP e operações de Mercado Futuro, com valores, prazos e taxas similares, e classificou a estrutura como hedge contábil de risco de mercado. A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido no IFRS 39.

## 8. Empréstimos e Adiantamentos a Clientes

### a) Composição

A composição, por classificação, dos saldos da rubrica “Empréstimos e adiantamentos a clientes” nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

	2016	2015
Empréstimos e adiantamentos a clientes		
Financiamento Importação/Exportação	2.837.274	1.887.720
Consignado	2.097.157	917.906
Capital de giro	1.905.278	2.337.844
CDC	310.213	334.780
Rural	109.976	56.011
Operações de Arrendamento Mercantil	50.658	116.463
Fianças Honradas	20.844	34.855
Cheque especial e conta garantida	18.550	45.969
Financiamento ao Consumo	9.023	1.827
Imobiliário	2.119	2.136
Títulos Descontados	-	91.291
Outros empréstimos	171.078	165.659
Outros empréstimos - composição de dívida	312.410	290.361
Total de Empréstimos e adiantamentos a clientes	7.844.580	6.282.822

As operações de arrendamento mercantil, compoem o saldo da modalidade de "Finaciamento ao Consumo".

A **nota explicativa nº 34-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis.

Não existem empréstimos e adiantamentos a clientes em valores significativos sem datas de vencimento fixadas.

## b) Diversificação por indexador

A seguir, os detalhes, por modalidade, setor do devedor e por fórmula de taxa de juros, dos empréstimos e adiantamentos a clientes, que refletem a exposição do Banco ao risco de crédito em sua atividade preponderante, brutos das perdas por não-recuperação:

						2016
Tipo de operação	Prefixado	CDI	TRI/TBF	Dólar	Outros (*)	Total
Empréstimos e Adiantamento a Clientes	3.173.002	2.045.246	18.913	2.590.218	17.201	7.844.580
<b>Total</b>	<b>3.173.002</b>	<b>2.045.246</b>	<b>18.913</b>	<b>2.590.218</b>	<b>17.201</b>	<b>7.844.580</b>

						2015
Tipo de Operação	Prefixado	CDI	TR/TBF	Dólar	Outros (*)	Total
Empréstimos e Adiantamento a Clientes	1.727.903	2.790.093	14.950	1.645.670	104.206	6.282.822
<b>Total</b>	<b>1.727.903</b>	<b>2.790.093</b>	<b>14.950</b>	<b>1.645.670</b>	<b>104.206</b>	<b>6.282.822</b>

(\*) Composto principalmente por operações sujeitas aos indexadores - TJLP, UMBNDES e IGPM.

## c) Diversificação por setor de atividade

Setor de Atividade	2016	2015
<b>Setor Privado</b>	<b>5.214.375</b>	<b>4.895.079</b>
Outros Serviços	2.117.790	1.112.778
Indústria	2.086.453	2.764.738
Comércio	756.924	745.860
Agronegócio	247.698	248.535
Intermediários Financeiros	5.510	23.168
<b>Pessoas Físicas</b>	<b>2.594.496</b>	<b>1.293.997</b>
<b>Setor Público</b>	<b>35.709</b>	<b>93.746</b>
<b>Total</b>	<b>7.844.580</b>	<b>6.282.822</b>

**d) Distribuição geográfica**

	2016	2015
<b>Brasil</b>		
Região sudeste	4.460.536	3.226.385
Região nordeste	578.488	929.498
Região sul	571.855	803.409
Região centro-oeste	269.126	487.352
Região norte	5.158	16.753
<b>Exterior</b>	<b>1.959.417</b>	<b>819.425</b>
<b>Total</b>	<b>7.844.580</b>	<b>6.282.822</b>

**e) Cessão de crédito**

**e.1) Cessão de crédito para fundo de investimento em direitos creditórios**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não houve operações de cessão de crédito na modalidade “capital de giro” para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Crédito Corporativo I, II e Aberto. Em Dezembro/15 foi cedido o montante de R\$ 14.081 mil. Não houve resultado nas referidas cessões. Conforme estabelecido na Resolução nº 3.533/08 do CMN, as referidas cessões foram classificadas na categoria de “operações com retenção substancial de riscos e benefícios”. Os empréstimos e recebíveis cedidos estão sujeitos à aplicação da Resolução nº 2.682/99 CMN, para efeito de classificação de risco de crédito e constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa.

**e.2) Cessão de crédito para empresa não financeira e não ligada**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, houve cessão de empréstimos e recebíveis com transferência substancial dos riscos e benefícios para pessoas jurídicas não ligadas e não integrantes do sistema financeiro nacional no montante de R\$ 37 mil (R\$ 3.655 mil em 2015). No período findo em 31 de dezembro de 2016 não houve resultado (R\$ 1.715 mil em 2015).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram realizadas cessões de empréstimos e recebíveis anteriormente baixados para prejuízo. O resultado dessas cessões foi de R\$ 12.156 mil (R\$ 9.000 mil em 2015).

**e.3) Cessão de crédito para securitizadoras de crédito (empresas não ligadas)**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram cedidas às empresas securitizadoras de crédito não ligadas, empréstimos e recebíveis de capital de giro e outros ativos, classificados como “operações com transferência substancial dos riscos e benefícios”, as quais estavam provisionadas, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 25.234 mil (R\$ - em 2015).

Também foram cedidas às empresas securitizadoras de crédito não ligadas, empréstimos e recebíveis já baixados para prejuízo, resultando no reconhecimento de receita no valor de R\$ 325.644 mil (R\$ - em 2015). As cessões foram realizadas considerando avaliações internas quanto às perspectivas de recuperação dos créditos, que servem para balizamento do modelo de preço da cessão, e análises de empresa especializada a respeito dos devedores e condição dos créditos, utilizadas como fonte de informações para as referidas avaliações das perspectivas de recuperação de créditos.

*Demonstrativo do resultado da cessão:*

<b>Resultado da cessão de crédito para securitizadoras (empresas não ligadas)</b>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Reversão da provisão por cessões de crédito de operações baixadas para prejuízo	1.221.720	-
Prejuízos em venda ou transferência de ativo financeiro - cessões para securitizadora de crédito	(870.842)	-
<b>Total</b>	<b>350.878</b>	<b>-</b>

#### **f) Composição da redução ao valor recuperável**

As variações nas provisões para as perdas por não-recuperação nos saldos da rubrica “Empréstimos e financiamentos - empréstimos e adiantamentos a clientes” são as seguintes:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Operações avaliadas individualmente	1.041.377	1.014.516
Perda por redução ao valor recuperável	<u>(322.373)</u>	<u>(421.703)</u>
	<u>719.004</u>	<u>592.813</u>
Operações avaliadas coletivamente	6.803.203	5.268.306
Perda por redução ao valor recuperável	<u>(185.211)</u>	<u>(229.591)</u>
	<u>6.617.992</u>	<u>5.038.715</u>
Total empréstimos e adiantamento a clientes	7.844.580	6.282.822
Total perda por redução ao valor recuperável	<u>(507.584)</u>	<u>(651.294)</u>
Saldo líquido empréstimos e adiantamento a clientes	<u>7.336.996</u>	<u>5.631.528</u>
	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo inicial de provisão para perda por redução ao valor recuperável	651.294	868.266
Constituição/(reversão) de saldos contra perdas por redução ao valor recuperável	451.847	1.059.777
Baixa de saldos contra perdas por redução ao valor recuperável	(595.557)	(1.276.749)
Saldo final de perda por redução ao valor recuperável	<u>507.584</u>	<u>651.294</u>
Recuperação de créditos compensados	110.172	106.710
Créditos renegociados no período	158.867	356.504
Percentual da provisão de perdas por redução no valor recuperável sobre a carteira de empréstimos a adiantamentos a clientes	6,47%	10,37%

*9. Outros Empréstimos e Recebíveis.*

---

São considerados “Outros Empréstimos e Recebíveis” todos os saldo cujas contra partes não são clientes ou instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2016 a rubrica é basicamente composta por saldos pendentes de liquidação junto a bolsa de valores (nos prazos usuais de mercado) e créditos concedidos sem característica de concessão de crédito perfazendo juntos o montante de R\$ 92.342 mil (R\$ 33.658 mil em 2015).

### *10. Ativos Mantidos para Venda*

---

Os ativos não financeiros classificados como mantidos para venda são registrados no Balanço patrimonial quando de sua efetiva apreensão ou intenção de venda. No caso do CCB Brasil estes ativos correspondem, principalmente, a imóveis disponíveis para venda recebidos em dação de pagamento, os quais são contabilizados inicialmente pelo menor valor entre o valor contábil e seu valor justo menos custos de venda.

A política do CCB Brasil consiste em ter o domínio do bem imóvel (mesmo que ainda não tenha a posse), quando for obtido o Auto de Adjudicação ou Carta de Arrematação ou Dação em Pagamento (domínio do bem), e para Veículos/Outros será com base na sentença definitiva (domínio do bem). No momento em houver a posse do bem, será feita a baixa do contrato de crédito e a contabilização do bem em “Ativos Mantidos para Venda” pelo valor constante no laudo de avaliação elaborado por perito credenciado pelo Conglomerado CCB Brasil, limitado ao valor da dívida.

O laudo especificará os critérios de avaliação e os parâmetros de comparação utilizados para a determinação do valor. O bem estará disponível para venda, somente após a regularização das pendências (exceto emissão de posse). Será reavaliado depois de esgotado o prazo regulamentar (1 ano) + prorrogações + leilão obrigatório. O valor da provisão de perdas será constituído ou complementado sempre que o valor de mercado (avaliação) for inferior ao valor do custo contábil.

A administração efetua esforços para que os ativos mantidos para venda sejam vendidos em no máximo em 3 anos, a partir da data de contagem do prazo, desde que não haja impedimento jurídico. Caso a venda não seja realizada dentro do período mencionado, os fatores que impossibilitaram a venda serão reavaliados e considerados no processo periódico de avaliação do valor recuperável do bem.

Reduções subsequentes ao valor contábil do ativo são registradas como perda por reduções ao valor justo menos os custos de venda e são contabilizadas na Demonstração de Resultado Abrangente na rubrica de “Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidas)”. Os ganhos e perdas decorrentes de alienação de ativos mantidos para venda são registrados na linha de “Ganhos (perdas) com ativos financeiros (líquidas)”.

**a) Composição**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Classificação:		
Ativos mantidos para venda	267.842	253.733
	<u>267.842</u>	<u>253.733</u>
Tipo:		
Imóveis	320.418	288.464
Máquinas e equipamentos	26.827	26.461
Veículos	15.389	16.448
Outros	708	188
Provisão por redução ao valor recuperável	(95.500)	(77.828)
	<u>267.842</u>	<u>253.733</u>

**b) Movimentação**

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Saldo inicial	253.733	244.846
Bens retomados	50.390	57.939
Alienações	(36.281)	(49.052)
Saldo no final do exercício	<u>267.842</u>	<u>253.733</u>



### 11. Investimentos

---

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Entidades com controle compartilhado - BrasilFactors	1.851	4.425

O CCB Brasil, em 25 de abril de 2011, assumiu participação de 40% no capital da BRASILFactors S.A., uma joint venture, que tem como demais acionistas o FIMBank PLC (40%) e o International Finance Corporation - IFC (20%). No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o CCB Brasil e o FIMBANK alteraram o percentual de participação no capital da BRASILFactors S.A para 50% cada, o controle permaneceu compartilhado. A BRASILFactors não faz parte do Consolidado CCB Brasil, apresentada portanto como investimento.

As atividades principais da BRASILFactors são voltadas aos serviços de factoring e forfaiting, compreendendo a aquisição de recebíveis do mercado doméstico e internacional, tendo por mercado alvo as empresas pequenas e médias.

## 12. Ativo Tangível

Os ativos tangíveis do CCB Brasil dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O CCB Brasil não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o CCB Brasil avaliou a existência de perdas por não recuperação para os grupos do Ativo tangível no montante de R\$ 874 e R\$ 1.117, em 2016 e 2015, respectivamente.

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	Custo	Depreciação acumulada	Impairment	Saldo líquido
Terrenos e edificações	166.813	(63.785)	-	103.028
Sistemas de processamento de dados	12.762	(12.022)	(82)	658
Instalações, móveis e equipamentos de uso	21.099	(10.876)	(984)	9.239
Benfeitorias em imóveis de terceiros	19.089	(19.089)	-	-
Outros	2.691	(1.227)	(51)	1.413
Saldos em 31 de dezembro de 2015	222.454	(106.999)	(1.117)	114.338
Terrenos e edificações	196.035	(103.181)	-	92.854
Sistemas de processamento de dados	12.630	(12.111)	(67)	452
Instalações, móveis e equipamentos de uso	24.674	(12.422)	(769)	11.483
Outros	2.652	(1.537)	(38)	1.077
Saldos em 31 de dezembro de 2016	235.991	(129.251)	(874)	105.866

As variações na rubrica “Ativo tangível” nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Custo:		
Saldos no início do exercício	222.454	234.886
Adições	10.914	9.488
Transferência do diferido	7.323	-
Alienações	(4.701)	(21.920)
<hr/> Saldos no final do exercício	<hr/> 235.991	<hr/> 222.454
 Redução ao Valor Recuperável - Impairment	 (874)	 (1.117)
Depreciação acumulada:		
Saldos no início do exercício	(106.999)	(108.519)
Adições	(17.094)	(4.407)
Transferência do diferido	(7.323)	-
Alienações	2.166	5.927
<hr/> Total depreciação no final do exercício	<hr/> (129.251)	<hr/> (106.999)
 <hr/> Saldo líquido do Ativo Tangível	 <hr/> 105.866	 <hr/> 114.338

### 13. Intangível

A composição do saldo da rubrica “Outros ativos intangíveis” é a seguinte:

	Vida útil estimada	2016	2015
Com vida útil definida:			
Gastos com aquisição e desenvolvimento logiciais	Diversos	14.404	10.656
Amortização acumulada	Até 5 anos	(11.118)	(8.033)
Sem Vida útil definida:			
Ágio CCB Brasil Financeira		105.190	105.190
		108.476	107.813

As variações na rubrica “Outros ativos intangíveis” foram as seguintes:

	2016	2015
Saldos iniciais	107.813	108.081
Adições	3.748	2.101
Amortizações	(3.085)	(2.369)
Saldos no final do exercício	108.476	107.813

As despesas com amortização foram incluídas na rubrica "Depreciação e amortização" na Demonstração do Resultado.

O CCB Brasil avaliou a existência de perdas por não recuperação para os grupos do Ativo Intangível. Não foram detectadas perdas no valor recuperável destes ativos na data base analisada.

#### a) Combinação de Negócios (intangível)

Seguindo sua estratégia de expansão das atividades de financiamento ao varejo, o CCB Brasil adquiriu 100% do capital da CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos. A operação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil condicionada ao aporte de capital de R\$ 150.000 mil, que ocorreu em 01 de junho de 2010, data que em que ocorreu a efetiva transferência de controle. A principal atividade da CCB Brasil Financeira é a atuação no segmento de varejo primordialmente com a concessão de crédito consignado pessoas físicas.

O goodwill (ágio) de R\$ 105.190 mil, representado pelo excedente do valor pago aos antigos controladores e o valor justo do patrimônio líquido da companhia na data da aquisição, está consubstanciado basicamente na expectativa de rentabilidade futura oriunda da sinergia entre CCB Brasil e CCB Brasil Financeira. Esta expectativa encontra-se devidamente suportada em laudo de empresa especializada.

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado a unidades geradoras de caixa (UGCs), identificadas de acordo com os segmentos operacionais (nota explicativa nº 37).

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso, para este efeito, a Administração estima o fluxo de caixa que está sujeito a vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente.

Baseado nas premissas descritas acima não foi identificada perda do valor recuperável do ágio em 2016.

CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos	105.190
Segmento operacional:	105.190
Varejo	105.190
	<u>Varejo</u>
Principais premissas:	
Base de avaliação	Valor em uso: fluxos de caixa
Período das projeções dos fluxos de caixa (1)	10 anos
Taxa de crescimento na perpetuidade	7,0% a.a.
Taxa de desconto (2)	15,1%

(1) As projeções de fluxo de caixa são baseadas no orçamento interno e planos de crescimento da administração, considerando dados históricos, expectativas e condições de mercado tais como o crescimento da indústria, taxa de juros e índices de inflação.

(2) A taxa de desconto é calculada com base no modelo de precificação de ativos de capital (CAPM), considerando a metodologia de cálculo:  $K_e = R_f + \beta \cdot (RP_{gm}) + \alpha$  dos fatores descritos abaixo:

R <sub>F</sub>	Taxa livre de risco	2,2%
Beta	Beta representando o nível de risco não diversificado	98%
RP <sub>gm</sub>	Prêmio de risco de mercado	6,0%
α	Prêmio específico da empresa	1,0%
K <sub>E</sub> BRL	Custo de capital próprio em BRL nominal	15,1%

Foi realizado teste de sensibilidade das principais premissas, possíveis de mudança razoável, e não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

*14. Outros Ativos*

---

A composição dos saldos da rubrica “Outros ativos” é a seguinte:

	2016	2015
Despesas antecipadas	58.925	25.838
Devedores diversos	31.639	11.535
Outros pagamentos	17.459	10.597
Adiantamentos e antecipações Salarias	10.884	1.725
Operações com ativos financeiros	4.285	-
Adiantamentos para pagamento de nossa conta	624	1.724
Demais contas	774	457
	124.590	51.876

*15. Depósitos de Instituições Financeiras*

---

A composição, por classificação, contraparte, tipo e moeda, dos saldos dessas rubricas é a seguinte:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	7.068.214	2.325.673
	<u>7.068.214</u>	<u>2.325.673</u>
Tipo:		
Depósitos Interfinanceiros	199.564	810.814
Obrigações por operações Compromissadas	6.868.236	1.511.007
Outras instituições	414	3.852
	<u>7.068.214</u>	<u>2.325.673</u>
Moeda:		
Real	7.068.214	2.325.673
	<u>7.068.214</u>	<u>2.325.673</u>

A **nota explicativa nº 34-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, depósitos de instituições financeiras.

## 16. Depósitos de Clientes

A composição, por classificação, tipo e rubrica “Depósitos de clientes” é a seguinte:

	2016	2015
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	2.112.377	2.942.476
	2.112.377	2.942.476
Tipo:		
Depósitos a prazo	2.007.531	2.793.593
Depósitos à vista	79.770	110.253
Depósitos Poupança	10.849	12.734
Outros Depósitos	8.837	23.521
Relações com correspondentes	5.390	3
Depósito em moeda estrangeira	-	2.372
	2.112.377	2.942.476
Moeda:		
Real	2.106.987	2.940.101
Dólar Norte-americano	5.390	2.375
	2.112.377	2.942.476

A **nota explicativa nº 34-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, depósitos a clientes.



### 17. Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica “Obrigações por títulos e valores mobiliários” é a seguinte:

	2016	2015
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	434.932	573.725
	434.932	573.725
Tipo:		
<i>Passivos financeiros ao custo amortizado</i>		
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio	189.484	204.626
Obrigações por emissão de letra de crédito imobiliário	157.143	198.754
Obrigações por títulos e valores no exterior	55.066	86.966
Obrigações por emissão de letras financeiras	32.959	83.138
Obrigações por aceites de títulos cambiais	280	241
	434.932	573.725

A **nota explicativa nº 34-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, obrigações por títulos e valores mobiliários.

A composição, por moeda de emissão, do saldo dessa rubrica é a seguinte:

	2016	2015
Moeda de emissão		
Real	379.586	486.518
Dólar norte-americano	55.346	87.207
Saldos no final do exercício	434.932	573.725

### 18. Dívidas Subordinadas

Os detalhes do saldo da rubrica “Dívidas subordinadas” são os seguintes:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Classificação:		
Outros Passivos ao Valor Justo no resultado	1.065.605	1.190.293
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	<u>920.563</u>	<u>705.200</u>
	1.986.168	1.895.493
Tipo:		
Outros Passivos ao valor justo no resultado		
Títulos e valores no exterior	107.889	126.887
Eurobonds	<u>957.716</u>	<u>1.063.406</u>
	1.065.605	1.190.293
Passivos Financeiros ao custo amortizado		
CDB Subordinado	692.417	705.200
Dívida Perpétua	<u>228.146</u>	<u>-</u>
	920.563	705.200

Os detalhes, por moeda de emissão, do saldo da rubrica “Dívidas subordinadas” são os seguintes:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Moeda:		
Dólar norte-americano	1.065.605	1.190.293
Real	<u>920.563</u>	<u>705.200</u>
	1.986.168	1.895.493

A **nota explicativa nº 34-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual das dívidas subordinadas em cada fim de exercício.

*19. Obrigações de Empréstimos no País*

A composição dos saldos da rubrica “Obrigações de empréstimos no país” é a seguinte:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	<u>116.813</u>	<u>68.018</u>
	116.813	68.018
Sendo:		
Obrigações por repasses - Ministério da Agricultura	114.418	60.389
Obrigações por repasses - Ministério das Cidades	1.301	2.043
Outros fundos e programas	<u>1.094</u>	<u>5.586</u>
	116.813	68.018
Moeda:		
Real	<u>116.813</u>	<u>68.018</u>
	116.813	68.018

A **nota explicativa nº 34-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, obrigações de empréstimos no país.

## 20. Obrigações de Empréstimos no Exterior

A composição dos saldos da rubrica “Obrigações de empréstimos no exterior” é a seguinte:

	2016	2015
Classificação:		
Passivo Financeiro ao custo amortizado	3.144.858	1.710.202
Outros passivos ao valor justo através do resultado	115.392	205.427
Passivo Financeiro objeto de Hedge (*)	4.272.211	2.391.222
	<u>7.532.461</u>	<u>4.306.851</u>
Sendo:		
Passivo Financeiro ao custo amortizado:		
Financiamento a Importação / exportação	3.144.858	1.710.105
Obrigação por repasse no exterior	-	97
	<u>3.144.858</u>	<u>1.710.202</u>
Outros passivos ao valor justo através do resultado:		
Obrigação por repasse no exterior	115.392	205.427
	<u>115.392</u>	<u>205.427</u>
Passivos Financeiros objeto de Hedge:		
Empréstimos no exterior	4.276.926	2.355.297
Ajuste a Valor de Mercado	(4.715)	35.925
	<u>4.272.211</u>	<u>2.391.222</u>
Moeda:		
Dólar norte-americano	7.532.461	4.306.851

A **nota explicativa nº 34-b** contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado, obrigações de empréstimos no exterior.

### (\*) Hedge contábil

Com o objetivo de buscar proteção para exposição à variação ao cupom cambial de captações em moeda estrangeira o CCB Brasil contratou operações de Swap (USDxCDI) registrando-as na CETIP, e operações de Mercado Futuro com valores, prazos e taxas similares, e classificou a estrutura como hedge contábil de risco de mercado. A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido no IAS 39.

Em 31 de dezembro de 2016 a estrutura de hedge contábil está representada da seguinte forma:

	<u>Instrumento de Hedge</u>		<u>Objeto de Hedge</u>	
	Valor Nominal	Ajuste a valor de mercado (*)	Valor Contábil	Ajuste a valor de mercado (*)
<i>Hedge</i> de captações no exterior	4.268.389	5.340	4.276.926	4.622

(\*) Registrado na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

Em 31 de dezembro de 2015 a estrutura de hedge contábil está representada da seguinte forma:

	<u>Instrumento de Hedge</u>		<u>Objeto de Hedge</u>	
	Valor Nominal	Ajuste a valor de mercado (*)	Valor Contábil	Ajuste a valor de mercado (*)
<i>Hedge</i> de captações no exterior	2.357.914	36.257	2.355.297	35.925

(\*) Registrado na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.

## 21. Provisões

---

O CCB Brasil e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões de natureza cível, trabalhista, fiscal e previdenciária.

### a) Passivos de natureza cível, trabalhista e fiscal

A Administração, com base em informações de seus consultores jurídicos, em análises das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de perdas, constituiu provisão para passivos contingentes em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

### b) Obrigações legais e passivos contingentes classificados como perda provável

As obrigações legais e os passivos contingentes classificados como perdas prováveis estão integralmente contabilizados, sendo as mais relevantes:

**b.1) CSLL x Isonomia** - valor envolvido R\$ 140.643 mil (R\$ 129.310 mil em 2015): pleiteia suspender a exigência da CSLL, do período base de 2008 e seguintes, em relação à majoração da alíquota de 9%, aplicada às demais pessoas jurídicas, para 15%, aplicada às instituições financeiras, tendo em vista o desrespeito ao princípio constitucional da isonomia. O valor envolvido está sendo depositado em juízo.

**b.2) COFINS x Lei nº 9.718/98** - valor envolvido R\$ 495.820 mil (R\$ 458.471 mil em 2015): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 24.317 mil (R\$ 22.405 mil em 2015).

**b.3) PIS x Lei nº 9.718/98** - valor envolvido R\$ 77.949 mil (R\$ 71.838 mil em 2015): pleiteia o pagamento da contribuição, a partir de novembro de 2005, com base no cálculo estipulado pela Lei Complementar nº 7/70, tendo em vista a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo prevista na Lei nº 9.718/98. Parte do valor envolvido foi depositado em juízo R\$ 82.905 mil (R\$ 73.160 mil em 2015).

**b.4) PIS - Emenda Constitucional nº 10/96** - valor envolvido R\$ 12.511 mil (R\$ 12.108 mil em 2015): pleiteia afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias compreendido entre 07/03/96 e 07/06/96, em observância aos princípios da “irretroatividade” e da “anterioridade nonagesimal”, bem como assegurar o direito de calcular e recolher a partir de 07/06/96 a contribuição ao PIS sobre a receita bruta operacional, entendida como aquela decorrente exclusivamente da prestação de serviços e venda de bens, tal como definida no art. 44 da Lei nº 4.506/64, no art.12 do Decreto-Lei nº 1.587/77 e no art. 226 do Decreto nº 1.041/94. O valor envolvido foi depositado em juízo.

**b.5) ISS - Serviços Tributados - Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC Nº 56/87** - valor envolvido R\$ 1.679 mil (R\$ 1.549 mil em 2015): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

### **c) Passivos contingentes classificados como perda possível**

#### **c.1) Processos fiscais e previdenciários**

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são monitorados pela instituição e estão baseados em pareceres dos consultores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, não estão reconhecidas contabilmente as possíveis perdas, sendo compostas basicamente pelas seguintes questões:

**IRF sobre Remessa de Juros ao Exterior** - valor envolvido R\$ 12.622 mil (R\$ 11.901 mil em 2015): pleiteia compensar os valores indevidamente retidos a título de imposto de renda na fonte sobre remessas de juros ao exterior, com o mesmo imposto de renda das pessoas jurídicas, nos termos do art. 39 da Lei nº 9.250/96, afastando as restrições contidas nas Cartas-Circulares n.º 2.269/92 e n.º 2.372/93 e Comunicado nº 2.747/92, que condicionavam a aplicação de alíquota zero do imposto de renda à observância de prazos mínimos de amortização, por flagrante violação ao princípio da legalidade. O valor envolvido foi depositado em juízo.

**ISS - Serviços Tributados - Taxatividade da Lista de Serviços Anexa à LC Nº 56/87** - valor envolvido R\$ 19.182 mil (R\$ 17.696 mil em 2015): pleiteia a desconstituição de lançamento de débito de ISS incidente sobre supostas receitas de prestação de serviços tributáveis, não previstas expressamente na lista de serviços anexa à LC nº 56/87, ao fundamento da lista ser exemplificativa, em desacordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, ante o seu caráter taxativo. O valor envolvido foi depositado em juízo.

**PDD / 1994** - valor envolvido R\$ 23.216 mil (R\$ 21.352 mil em 2015): pleiteia deduzir, no cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, relativo ao ano-base de 1994, da despesa relativa à constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, nos termos em que é determinada pelo CMN e BACEN, tal como prevista na Resolução nº 1.748/90 e modificações posteriores, afastando-se, por inconstitucional e ilegal o disposto no art. 43, parágrafo 4º, da lei nº 8.981/95. O valor envolvido foi depositado em juízo.

**INSS - Participação nos Lucros dos Administradores** - valor envolvido R\$ 73.562 mil (R\$ 69.803 mil em 2015): pleiteia a desconstituição de lançamento de suposto débito de INSS, relativo aos períodos-base de 2006 a 2011, lançados através de Auto de Infração, primeiro pelo fato de já ter operado a decadência em relação aos débitos relativos aos fatos geradores ocorridos até 10 de outubro de 2006, segundo porque não incide INSS sobre participação nos lucros, nos termos do art. 7º, XI, da Constituição Federal e art. 28, parágrafo 9º, da lei nº 8.212/91.

#### **d) Passivos contingentes - Tabalhistas e Cíveis**

##### **d.1) Processos trabalhistas**

O CCB Brasil possui 157 (109 em 2015) processos trabalhistas avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados, totalizando R\$ 40.921 mil (R\$ 29.060 mil em 2015). Existem 105 (128 em 2015) processos, cujas verbas indenizatórias reclamadas totalizam R\$ 7.757 mil (R\$ 10.725 mil em 2015), que estão classificadas como risco possível, e para esses casos, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor máximo de indenização desses processos em caso de perda é da ordem de R\$ 5.633 mil (R\$ 6.630 mil em 2015). As contingências tem relação com processos em que se discutem pretensos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência e outros.

##### **d.2) Processos cíveis**

O CCB Brasil possui 3.196 (2.749 em 2015) processos cíveis avaliados como sendo de risco provável, os quais foram integralmente provisionados e totalizam R\$ 70.578 mil (R\$ 86.863 mil em 2015). O CCB Brasil possui 509 (569 em 2015) processos, cujos valores reclamados totalizam R\$ 724.764 mil (R\$ 712.902 mil em 2015), os quais estão classificados como risco possível, e assim sendo, nenhuma provisão foi constituída. Segundo estimativa dos consultores jurídicos, o valor possível de indenização desses processos é de R\$ 348.312 mil (R\$ 337.453 mil em 2015). As contingências são em geral decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais, sendo em sua maior parte do Juizado Especial Cível.



**e) Movimentação das provisões para obrigações legais e passivos contingentes, classificados como perda provável:**

Descrição	2015	Adição	Reversão	Utilização	2016
Cíveis	86.863	17.419	(30.120)	(3.584)	70.578
Trabalhistas	29.060	14.029	(558)	(1.610)	40.921
Fiança (nota 25)	78.078	-	-	(11.543)	66.535
Subtotal	194.001	31.448	(30.678)	(16.737)	178.034
<b>Fiscais e previdenciárias</b>	<b>2015</b>	<b>Adição</b>	<b>Reversão</b>	<b>Atualização</b>	<b>2016</b>
CSLL Isonomia de Alíquotas - 2008 em diante	129.310	-	-	11.333	140.643
PIS - Receita Bruta Operacional - EC 10/96 e EC 17/97	12.108	-	-	403	12.511
PIS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	71.838	-	(107)	6.218	77.949
COFINS - Alargamento da Base de Cálculo - Lei nº 9.718/98	458.471	-	(853)	38.202	495.820
ISS - Serviços Não tributados - LC nº 56/87	1.549	-	-	130	1.679
ISS - Operações de Leasing fora da Sede	159	-	-	87	246
Subtotal	673.435	-	(960)	56.373	728.848
<b>Total</b>	<b>867.436</b>	<b>31.448</b>	<b>(31.638)</b>	<b>39.636</b>	<b>906.882</b>

Para as contingências acima descritas o CCB Brasil depositou em garantia o montante de R\$ 72.532 mil (R\$ 64.086 mil em 2015) - processos Cíveis, R\$ 19.693 mil (R\$ 17.289 mil em 2015) - processos Trabalhistas e R\$ 313.790 mil (R\$ 291.792 mil em 2015) - processos Fiscais, estes valores foram alocados na rubrica “Empréstimos e Adiantamento a Instituições Financeiras”

## 22. Impostos de Renda Correntes e Diferidos

### a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	2016		2015	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(317.498)	(317.498)	(956.451)	(956.451)
Adições temporárias	1.995.326	1.970.781	1.310.348	1.102.704
Adições permanentes	378.619	378.619	176.508	176.508
Exclusões	(2.946.894)	(2.943.743)	(696.249)	(696.249)
Lucro Real e base de cálculo da CSLL	(890.447)	(911.841)	(165.844)	(373.488)
(+) Resultado fiscal negativo das empresas consolidadas	922.861	926.395	260.088	548.080
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal / Base de Cálculo Negativa CSLL	-	-	7.001	(153.613)
Lucro Real e base de cálculo da CSLL	32.414	14.554	101.245	20.979
Encargos às alíquotas de 15% para IR e CS	8.980	7.319	15.698	3.004
Adicional de 10% de IR	5.627	-	9.665	-
Impostos correntes	14.607	7.319	25.363	3.004
Conciliação do Resultado	-	-	-	-
Impostos correntes	14.607	7.319	25.363	3.004
Deduções do imposto (Incentivos Fiscais)	-	-	-	-
Imposto de Renda e CSLL Diferido	17.655	11.628	(8.780)	9.730
(=) Provisão de IR e CS	32.262	18.947	16.583	12.734
Constituição de créditos tributários (s/ Adições temporárias)	(517.191)	(406.437)	(307.066)	(326.797)
Constituição de créditos tributários (s/ Prejuízo Fiscal e BC Negativa CSLL)	(241.987)	(127.522)	(65.022)	(82.212)
Realização do crédito tributário (Reversão de adições temporárias)	641.382	522.893	104.088	102.059
Realização do crédito tributário (s/ compensação prejuízo Fiscal e BC Negativa CSLL)	2.619	1.769	1.642	23.042
(=) Efeito líquido do crédito tributário	(115.177)	(9.297)	(266.358)	(283.908)
Total	(82.915)	9.650	(249.775)	(271.174)
Receita do Imposto de renda e contribuição social		(73.265)		(520.949)

## b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

As alíquotas efetivas de imposto são:

	2016	2015
Resultado antes da tributação	(317.498)	(956.451)
Imposto de renda corrente (nota 22.a)	(73.265)	520.949
Alíquota efetiva	23,08%	54,47%

A alíquota efetiva se diferencia da alíquota vigente aplicada para a apuração do imposto de renda, conforme as adições e exclusões apresentados a seguir:

	2016	Alíquota
Resultado antes do imposto de renda	(317.498)	
Imposto de renda às alíquotas vigentes	(126.999)	40%
Adições e exclusões no cálculo do imposto:		
Resultado na agência no exterior	35.748	
Participações nos lucros	-	
Despesa não dedutível - atualização depósito	(7.938)	
Ajuste Estoque CT Dif. Alíq. CSLL 15% x 20% MP.675/15	(47.212)	
Ajuste CT CSLL 20% X 15% ( Realizações após 2018 )	80.342	
Ajuste Passivo Diferido - Dif. Alíquota CSLL 15% x 20%	(4.795)	
Outras adições permanentes indedutíveis	(2.411)	
Imposto de renda do exercício	(73.265)	23%

## c) Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes

Os saldos da rubrica “Imposto de renda correntes” é composto por:

	2016	2015
Impostos de Renda e Contribuição Social a Compensar	78.742	68.442
Impostos de Renda e Contribuição Social sobre Lucro	(23.431)	(24.704)
Impostos de Renda e Contribuição Social sobre Salários	(10.632)	(10.428)
Outros	(10.801)	(3.400)
Total Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	33.878	29.910

#### d) Impostos Diferidos

Os saldos da rubrica "Impostos diferidos" Ativo / (Passivo) é composto por:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Crédito Tributário	1.275.780	1.535.113
Passivos Diferidos		
IR e CS sobre ajuste positivo do MTM	(65.061)	(30.924)
IR sobre Superveniência de depreciação	(3.449)	(8.767)
	<u>(68.510)</u>	<u>(39.691)</u>
Total de Impostos Diferidos	<u>1.207.270</u>	<u>1.495.422</u>

#### e) Créditos Presumidos

Diante do elevado estoque de diferenças temporárias decorrentes de perdas de crédito ocorridas a partir de 2014, o Banco optou por apurar Crédito Presumido no montante de R\$ 380.662 mil, segundo critérios estabelecidos pela Lei 12.838/2013 e Circular nº 3.624/2013 do BACEN, que requerem a apuração de prejuízo fiscal e créditos decorrentes de diferenças temporárias oriundos de provisões para crédito de liquidação duvidosa, apurados e existentes no ano-calendário anterior.

	<u>2016</u>
Crédito Presumido Constituído	
Ano 2014	78.983
Ano 2015	107.450
Ano 2016	<u>194.229</u>
Total Crédito Presumido	380.662

Ainda conforme a Lei 12.838/2013 a Receita Federal poderá verificar a exatidão dos créditos presumidos apurados pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data do pedido de ressarcimento, que poderá ser em espécie ou em títulos da dívida pública mobiliária federal, podendo haver dedução de valores de natureza tributária ou não tributária devidos à Fazenda Nacional.

A Administração entende que, dado ao cenário macroeconômico e a expectativa de geração e resultados tributáveis futuros pela instituição, a opção pelo Crédito Presumido representa a melhor alternativa para reduzir o tempo de realização das diferenças temporárias oriundos de provisões para créditos de liquidação duvidosa.

**f) Realização dos créditos tributários**

Com base em estudo técnico, foi possível estimar a geração de lucros tributáveis futuros sobre os quais ocorrerá a realização dos créditos tributários. Para os créditos tributários existentes na data do balanço, foram estimados os seguintes percentuais de realização: 17,3% até dezembro de 2017, 11,1% até dezembro de 2018, 2,4% até dezembro de 2019, 2,7% até dezembro de 2020, 19,6% até dezembro de 2021, 8,5% até dezembro de 2022, 10,1% até dezembro de 2023, 12,3% até dezembro de 2024, 13,1% até dezembro de 2025 e 2,9% até dezembro de 2026. É importante ressaltar que o referido estudo de realização do crédito tributário foi elaborado a partir de premissas do plano de negócios do novo controlador e considera ações a serem implementadas pela administração e pelo controlador, as quais serão revistas tempestivamente de acordo com as normas regulamentares.

A realização e manutenção do registro do crédito tributário depende da realização de lucros tributáveis futuros e do atendimento aos prazos e condição de realização definidos pela Resolução nº 3.059/02. Nesse contexto se destacam os seguintes aspectos em relação às condições do registro do crédito tributário:

- A referida Resolução estabelece que o registro contábil de crédito tributário só pode ser efetuado na condição em que o Banco apresente histórico de lucros tributários para fins de imposto de renda e contribuição social, comprovado pela ocorrência dessa situação em pelo menos três, dos últimos cinco exercícios sociais. O Banco apresentou prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social nos exercícios sociais de 2013 e 2014;
- A condição acima deixou de ser aplicável no Banco no exercício de 2014, em decorrência da efetiva mudança de controle acionário ocorrida no final daquele ano e um novo período de histórico de lucratividade para cinco anos foi iniciado a partir de 2015.

Nova Administração, exercida com a influência do novo controlador, acredita que os esforços empreendidos na geração de lucros tributáveis futuros, conforme evidenciado no estudo técnico anteriormente mencionado e no contexto operacional (nota 1) em que está inserida a companhia, serão suficientes a suportar a realização dos créditos tributários.

No término do exercício findo em 2016 o CCB Brasil Banco Múltiplo apurou prejuízos fiscais para fins de apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social, e conforme estimativas da administração a reversão para lucro fiscal até o encerramento deste exercício é pouco provável, além disso, de acordo com estas mesmas estimativas, o Banco possivelmente irá apresentar prejuízo fiscal em 2017. De acordo com a Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002, dentre outras exigências, somente podem efetuar o registro contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias quando se apresentar expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros e histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e

contribuição social, conforme o caso, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência.

Diante do exposto, com a concretização do aumento de capital pelo controlador aliado a outras medidas, conforme descrito na nota explicativa nº 1, a administração irá reverter esta tendência de resultados fiscais negativos e apresentará, durante o primeiro semestre de 2017, justificativa ao Banco Central do Brasil, fundamentada no estudo técnico para realização de créditos tributários, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 3.059/02 alterada pela Resolução CMN nº 4.441/15 e Circular nº 3.776/15, visando assegurar a manutenção dos registros de créditos tributários do Banco. Esse processo de transição era esperado, e o novo controlador e a administração confiam plenamente na viabilidade e efetiva concretização das estimativas que fundamentam a realização dos créditos tributários dentro do prazo estabelecido na regulamentação vigente.

**Valor presente dos créditos tributários** - com base na taxa SELIC projetada, descontada dos efeitos tributários, os créditos tributários calculados a valor presente totalizam, aproximadamente, R\$ 789.677 mil (R\$ 1.220.926 em 2015).

### 23. Outras Obrigações

---

A seguir, a composição do saldo da rubrica “Outras obrigações”:

	2016	2015
Operações com Ativos Financeiros e Mercado a Liquidar	36.180	8.178
Despesas de pessoal	26.487	17.477
Comissão sobre fianças diferidas	24.670	22.897
Credores diversos - país	22.432	15.727
Operações a pagar com cartão de Crédito	16.303	28.975
Outras despesas administrativas	15.972	10.855
Outros pagamentos	218	199
Dividendos a pagar	204	816
Obrigações por aquisições de bens e direitos	1	1
Gratificações e participações a pagar	-	12.500
	142.467	117.625

## 24. Patrimônio Líquido

---

### a) Capital

O capital social do Banco é de R\$ 1.554.886 mil (R\$ 2.012.810 mil em 2015) e está dividido em 337.014.373 ações nominativas (252.903.569 em 2015), sendo 213.488.507 ordinárias (160.206.833 em 2015) e 123.525.866 preferenciais (92.696.736 em 2015), sem valor nominal.

Em 29 de abril de 2016 a Assembleia Geral Extraordinária, aprovou a redução do capital social para R\$ 794.860 mil mediante a absorção de prejuízos acumulados no montante de R\$ 1.217.950 mil. Na mesma data, aprovou também o aumento do capital social de R\$ 794.860 mil para R\$ 1.554.860 mil, com emissão de 84.110.804 novas ações, ao preço de R\$ 9,0354 por ação, sendo 53.281.674 ordinárias e 30.829.130 preferenciais, perfazendo um aumento no montante de R\$ 760.000 mil, o qual foi integralizado exclusivamente pelo acionista controlador, após o decurso do período do direito de preferência a favor dos acionistas minoritários. Em 30 de junho de 2016, o referido aumento foi homologado pelo BACEN.

Em 02 de setembro de 2016 o Conselho de Administração aprovou a proposta de aumento de capital mediante a emissão de 2.632.449 ações, todas ordinárias, ao preço de R\$ 9,49 por ação que perfaz o montante de R\$ 24.982 mil, sendo R\$ 26 mil destinado a aumento de capital e R\$ 24.956 mil a reservas de capital. Do total, foi subscrito e integralizado a quantidade de 2.613.527 ações no montante de R\$ 24.803 mil. As sobras de ações no total de 18.922 e valor de R\$ 179 mil, foi subscrita e integralizada em 10 de outubro de 2016 pelo acionista controlador, após o não exercício do direito de preferência pelos demais acionistas. Em 04 de novembro de 2016, o referido aumento foi homologado pelo BACEN.

Em 28 de dezembro de 2016 o Conselho de Administração propôs o aumento de capital social de R\$ 1.554.886 mil para R\$ 1.699.886 mil dentro do limite do capital social autorizado, com a emissão de 14.676.113 de novas ações ao preço de R\$ 9,88 por ação, sendo 9.338.570 ordinárias e 5.337.543 preferenciais, perfazendo um aumento de R\$ 145.000 mil, após o decurso do período do direito de preferência a favor dos acionistas minoritários. A controladora subscreveu e integralizou na data de 28 de dezembro de 2016 o valor correspondente a sua participação proporcional no capital do Banco, correspondente ao montante de R\$ 141.262. Em 01 de fevereiro de 2017 o Conselho de administração aprovou o referido aumento de capital, após a comprovação de que a Controladora subscreveu as sobras de ações, dos acionistas minoritários que não exerceram seu direito de preferência, no montante de R\$ 3.738. Em 23 de maio de 2017 o Banco Central do Brasil homologou o referido aumento de capital.



#### **b) Ações em tesouraria**

A Administração do CCB Brasil, com base em deliberações provenientes de reuniões do Conselho de Administração, efetuou a recompra de ações de emissão própria para permanência em tesouraria e posterior cancelamento.

Em 06 de julho de 2011 a Administração foi autorizada a recomprar ações, no período de 06 de julho de 2011 a 05 de julho de 2012, sem redução do capital social, até o limite de 10% das ações preferenciais nominativas em circulação, ou seja, até 6.879.540 ações (4º Programa de recompra de Ações).

Para os efeitos do artigo 21º da Instrução CVM nº 10, de 14 de fevereiro de 1980, especifica-se que:

1. As autorizações deliberadas em reuniões do Conselho de Administração têm por objetivo a aplicação de recursos disponíveis, oriundos de reserva de capital;
2. No período de 01/01/2011 a 31/12/2011 o Banco adquiriu a quantidade de 6.879.540 ações nominativas, no montante de R\$ 58.593 mil. O custo médio das ações recompradas foi de R\$ 8,52 por ação, o custo máximo foi de R\$ 9,70 e o custo mínimo foi de R\$ 6,96.

No primeiro semestre de 2013, o CCB Brasil transferiu aos Administradores ações de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, a título de pagamento de parcela da remuneração variável do ano de 2012 (173.834 ações),

No primeiro semestre de 2014, o CCB Brasil transferiu aos Administradores ações de sua própria emissão, que se encontravam em tesouraria, a título de pagamento de parcela da remuneração variável do ano de 2013 (307.188 ações).

Até 31 de dezembro de 2016 não houve movimentação das ações em Tesouraria - R\$ 55.105 mil (R\$ 55.105 mil em 2015), número de ações correspondente 6.398.518.

#### **c) Dividendos e Juros sobre capital próprio**

Conforme estatuto é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, nos termos da legislação societária aplicável.

Não houve pagamento de juros sobre capital próprio no período exercício.

#### **d) Reservas**

A apuração de prejuízos contábeis fundamentou a não constituição de reservas.

## 25. Garantias Prestadas

O CCB Brasil oferece uma série de garantias para que seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro a seguir apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2016 e de 2015.

Máximo valor potencial de pagamentos futuros	2016	2015
Garantias prestadas		
Avais e fianças	1.721.806	2.065.537
Performance exportação	1.856.657	1.426.867
Carta de crédito	28.986	18.206
Custódia	-	86.360
Cobrança de exportação	1.827.671	1.322.301
<b>Total de garantias prestadas</b>	<b>3.578.463</b>	<b>3.492.404</b>

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham virtualmente nenhum impacto em sua liquidez. Em 31 de dezembro de 2016 foram detectadas garantias fornecidas pelo CCB Brasil cujo exercício é considerado como “provável” no montante de R\$ 67.710 mil (R\$ 99.940 mil em 2015), para as quais o Banco constituiu provisão no valor de R\$ 66.535 mil (R\$ 78.078 mil em 2015) que leva em consideração as garantias obtidas nestas operações (nota 21e).

## 26. Receitas e Despesas com Juros e Similares

Juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização do *hedge*. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	2016	2015
Receitas de juros e similares	3.520.055	4.596.344
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	53.427	25.855
Empréstimos e adiantamentos a clientes	991.723	1.263.058
Ativos financeiros para negociação		
- Instrumentos de dívida	647.737	491.619
- Instrumentos de patrimônio	-	92
- Fundos de Investimentos	15.305	13.298
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		
- Instrumentos de dívida	6.877	-
Derivativos	1.804.986	2.802.422
Despesas de juros e similares	(3.340.010)	(4.119.464)
Depósitos de instituições financeiras		
- Depósitos interfinanceiros	(52.990)	(86.059)
- Captação no mercado aberto	(313.024)	(151.123)
Depósitos de clientes		
- Poupança	(957)	(972)
- A prazo	(322.612)	(706.959)
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários	(134.827)	(982.454)
Obrigações de empréstimos no país	(59.974)	(69.006)
Obrigações de empréstimos no exterior	(92.470)	(492.276)
Derivativos	(2.363.156)	(1.630.615)
Receita Líquida com Juros	180.045	476.880

## 27. *Ganhos com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos)*

Os ganhos com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos, às provisões e pelos ganhos resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

### a) **Composição**

A composição do saldo dessa rubrica, por tipo de instrumento, está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Ganhos (perdas) com:		
Ativos financeiros para negociação	(25.636)	8.792
Outros ativos ao valor justo através do resultado	2.154	5.786
Outros passivos ao valor justo através do resultado	(89.142)	104.255
Outros passivos objeto de Hedge	40.640	(35.925)
Sendo:	(71.984)	82.908
Ativos financeiros para negociação		
Instrumentos de dívida	987	574
Derivativos	(26.623)	8.218
Outros ativos ao valor justo através do resultado		
Instrumentos de dívida	2.154	5.786
Outros passivos ao valor justo através do resultado	(89.142)	104.255
Outros passivos objeto de Hedge		
MTM instrumento de Hedge	40.640	(35.925)

*28. Diferenças Cambiais (Líquidas)*

---

As diferenças cambiais mostram basicamente os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda, as diferenças que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgados para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação.

	2016	2015
Ganhos (perdas) com:		
Variação cambial de ativos e passivos	29.990	47.370
Sendo em ativos financeiros		
Empréstimos e adiantamentos a clientes	(13.072)	89.740
Instrumento de dívida	2.980	7.816
Carteira de Câmbio	(124.745)	475.647
Derivativos	(736.398)	1.169.093
Sendo em passivos financeiros		
Obrigações por títulos e valores mobiliários	174.933	(778.300)
Obrigações por empréstimos no exterior	726.292	(916.626)
	29.990	47.370

*29. Receitas de Tarifas e Comissões*

---

A rubrica “Receita de tarifas e comissões” é composta pelos valores de todos os honorários e comissões acumulados em favor do Banco no ano, exceto aqueles que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	2016	2015
Rendas de garantias prestadas	49.467	38.066
Rendas de outros serviços	18.557	14.707
Outras rendas de tarifas bancárias - PJ	17.148	13.004
Rendas de tarifas bancárias - PF	86	131
	85.258	65.908

*30. Outras Receitas (Despesas) operacionais*

---

Entre essa rubrica da demonstração do resultado consolidada estão:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Cessão de Crédito com Securitizadora (nota 8e.3)	350.878	-
Atualização de depósitos em garantia	22.917	9.389
Provisões cíveis	12.484	(17.431)
Garantias e fianças	11.395	(78.079)
Rendas com vendas de bens não de uso	9.585	-
Recuperação de encargos e despesas	9.350	7.462
Renda de Aquisição de Recebíveis	7.009	13.945
Reversão de contingências tributárias	961	2.053
Programa de remuneração aos funcionários	(98)	(18.980)
Receitas (despesas) com cartão de crédito	(1.857)	-
Provisões trabalhistas	(12.516)	(14.836)
Provisões fiscais	(45.357)	(39.539)
Outras (despesas) Receitas	83	12.393
	<u>364.834</u>	<u>(123.623)</u>

*31. Despesas com Pessoal*

---

A composição da rubrica “Outras despesas de pessoal” está demonstrada a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Salários	(147.983)	(137.374)
Encargos Sociais	(47.558)	(44.633)
Benefícios	(25.166)	(22.851)
Programa de remuneração aos funcionários	-	(18.981)
Honorários de diretoria	(15.648)	(12.935)
Outros	<u>(2.599)</u>	<u>(2.558)</u>
	(238.954)	(239.332)



### 32. Outras Despesas Administrativas

---

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Serviços de terceiros	(43.738)	(40.662)
Imóveis, instalações e materiais	(36.048)	(41.177)
Tecnologia e sistemas	(21.297)	(19.538)
Despesas do Sistema Financeiro	(11.674)	(11.965)
Despesas Processos Judiciais	(11.304)	(13.634)
Publicidade	(3.986)	(5.441)
Ajudas de custo e despesas de viagem	(3.641)	(2.787)
Sistema de transporte	(2.735)	(2.008)
Comunicações	(2.465)	(2.772)
Prêmios de seguros	(1.297)	(1.075)
Outras despesas administrativas	(8.861)	(9.393)
	<u>(147.046)</u>	<u>(150.452)</u>

### *33. Despesas Tributárias*

---

Referem-se substancialmente às contribuições federais para PIS e COFINS que atingiram montante de R\$ 33.129 mil (R\$ 28.133 mil em 2015)

### 34. Outras Divulgações

#### a) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o Banco não detinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros.

#### b) Vencimento residual

Em atendimento ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, apresentamos a seguir a composição dos instrumentos financeiros, dos saldos de caixa e equivalente de caixa, bem como do correspondente gap de liquidez dos referidos ativos e passivos, de acordo com as faixas de vencimento.

	31 de dezembro de 2016						Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	
<b>Ativo:</b>							
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	12.023	109.023	-	-	-	-	121.046
Instrumentos de dívida	-	-	33	228.452	3.689.178	3.780.669	7.698.332
Instrumentos de patrimônio	256	-	-	-	-	-	256
Derivativos Ativos	-	2.498	61.253	43.664	229.568	-	336.983
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	3.714.375	7.717	420.641	-	-	4.142.733
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1.000.785	1.458.358	5.049.283	281.248	54.906	7.844.580
Outros empréstimos e recebíveis	-	27.746	64.596	-	-	-	92.342
<b>Total</b>	<b>12.279</b>	<b>4.854.427</b>	<b>1.591.957</b>	<b>5.742.040</b>	<b>4.199.994</b>	<b>3.835.575</b>	<b>20.236.272</b>
<b>Passivo:</b>							
Depósitos de instituições financeiras	414	34.554	59.986	1.580.563	5.392.697	-	7.068.214
Depósitos de clientes	91.209	512.095	982.300	489.605	37.168	-	2.112.377
Derivativos Passivos	-	282	27.911	1.593	-	-	29.786
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	93.111	198.519	143.302	-	-	434.932
Dívidas subordinadas	-	-	105.859	977.655	902.654	-	1.986.168
Obrigações de empréstimos no país	-	64.303	50.985	1.525	-	-	116.813
Obrigações de empréstimos no exterior	-	1.302	507.621	2.751.327	-	-	3.260.250
Passivos Financeiros com CCB	-	3.502.366	769.845	-	-	-	4.272.211
Outros Passivos Financeiros	-	14.805	7.750	-	-	-	22.555
<b>Total</b>	<b>91.623</b>	<b>4.222.818</b>	<b>2.710.776</b>	<b>5.945.570</b>	<b>6.332.519</b>	<b>-</b>	<b>19.303.306</b>
<b>GAP de Liquidez</b>	<b>(79.344)</b>	<b>631.609</b>	<b>(1.118.819)</b>	<b>(203.530)</b>	<b>(2.132.525)</b>	<b>3.835.575</b>	<b>932.966</b>

(1) Investimentos com liquidez imediata apresentados de acordo com suas respectivas datas de vencimento nominais.

31 de dezembro de 2015

	Sem vencimento	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total
<b>Ativo:</b>							
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	35.300	391.527	-	-	-	-	426.827
Instrumentos de dívida	-	-	483.106	248.316	2.679.782	634.070	4.045.274
Instrumentos de patrimônio	2.117	-	-	-	-	-	2.117
Derivativos	-	8.924	334.972	173.576	369.236	75.670	962.378
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	347.417	2.482	374.285	-	-	724.184
Empréstimos e adiantamentos a clientes	258.434	1.405.209	2.139.980	2.016.097	382.289	80.813	6.282.822
Outros empréstimos e recebíveis	-	1.196	32.462	-	-	-	33.658
Outros Ativos Financeiros	-	469.681	(309.580)	(10)	-	-	160.091
<b>Total</b>	<b>295.851</b>	<b>2.623.954</b>	<b>2.683.422</b>	<b>2.812.264</b>	<b>3.431.307</b>	<b>790.553</b>	<b>12.637.351</b>
<b>Passivo:</b>							
Depósitos de instituições financeiras	3.852	1.549.693	106.516	41.471	461.083	163.058	2.325.673
Depósitos de clientes	126.837	988.372	1.131.079	670.853	33.513	-	2.950.654
Derivativos	-	6.094	19.038	-	-	-	25.132
Obrigações por títulos e valores mobiliários	-	154.657	288.156	130.912	-	-	573.725
Dívidas subordinadas	-	-	366.300	510.247	1.018.946	-	1.895.493
Obrigações de empréstimos no país	7.629	29.414	27.383	3.592	-	-	68.018
Obrigações de empréstimos no exterior	-	243.233	371.913	54.671	44.619	22.310	736.746
Passivos Financeiros com CCB	-	-	3.570.104	-	-	-	3.570.104
<b>Total</b>	<b>138.318</b>	<b>2.971.463</b>	<b>5.880.489</b>	<b>1.411.746</b>	<b>1.558.161</b>	<b>185.368</b>	<b>12.145.545</b>
<b>GAP de Liquidez (1)</b>	<b>157.533</b>	<b>(347.509)</b>	<b>(3.197.067)</b>	<b>1.400.518</b>	<b>1.873.146</b>	<b>605.185</b>	<b>491.806</b>

(1) Investimentos com liquidez imediata apresentados de acordo com suas respectivas datas de vencimento nominais.

### c) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa

	2016	2015
Disponibilidades	110.743	393.518
Aplicações Mercado Aberto (Operações Compromissadas)	3.578.596	-
Aplicações Depósitos Interfinanceiros	4.621	20.332
Aplicações Moedas Estrangeiras	131.157	330.614
	<b>3.825.117</b>	<b>744.464</b>

#### **d) Compromissos assumidos por garantias recebidas e captações junto a Organismos Internacionais**

O CCB Brasil é devedor por empréstimos obtidos junto ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), DEG (Deutsche Investitions und Entwicklungsgesellschaft Mbh) e Proparco (Société de Promotion et de Participation pour la Coopération Économique) para repasses a empresas brasileiras, com prazos (originalmente) de 02 a 05 anos, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros mínimos (financial covenants), além da exigência de obrigações de responsabilidade socioambientais.

Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas de acordo com a legislação brasileira e as normas do BACEN. São também monitorados e aferidos pelos credores mencionados.

#### **e) Contratos de seguros**

O Banco adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

### *35. Segmentos Operacionais*

---

De acordo com as normas contábeis internacionais, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- (a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).
- (b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.
- (c) Para as quais informações financeiras individualizadas estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócio como sendo os seus segmentos operacionais:

- Atacado
- Varejo

O Banco mantém como principal foco de sua estratégia atuação no segmento de Atacado. Referido segmento inclui basicamente a concessão de empréstimos e recebíveis com garantia de recebíveis, sendo o Capital de Giro o produto mais rentável do segmento. Uma parcela significativa da carteira de atacado é representada por empréstimos de curto prazo que proporcionam ao Banco maior liquidez e um controle mais efetivo do risco. Adicionalmente, o Banco participa ativamente no mercado de câmbio cujas captações são realizadas junto a bancos internacionais.

O segmento Varejo inclui empréstimos e recebíveis do tipo consignado para empregados do setor público, segmento este no qual o Banco opera por mais de dez anos com baixo histórico de inadimplência.

As demonstrações de resultado condensadas e outros dados significativos estão relacionados a seguir.

	Atacado	Varejo	2016	Atacado	Varejo	2015
Receitas com juros e similares	3.143.865	376.190	3.520.055	1.621.675	172.247	1.793.922
Despesas com juros e similares	(3.104.610)	(235.400)	(3.340.010)	(1.205.269)	(111.773)	(1.317.042)
<b>Resultado líquido com juros e similares</b>	<b>39.255</b>	<b>140.790</b>	<b>180.045</b>	<b>416.406</b>	<b>60.474</b>	<b>476.880</b>
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	(71.984)	-	(71.984)	82.908	-	82.908
Diferenças cambiais (líquidas)	29.990	-	29.990	47.370	-	47.370
<b>RECEITA LÍQUIDA COM JUROS</b>	<b>(2.739)</b>	<b>140.790</b>	<b>138.051</b>	<b>546.684</b>	<b>60.474</b>	<b>607.158</b>
Resultado de equivalência patrimonial	(3.092)	613	(2.479)	(1.622)	-	(1.622)
Receita de tarifas e comissões	73.067	12.191	85.258	56.295	9.613	65.908
Outras receitas (despesas) operacionais	372.170	(7.336)	364.834	(147.940)	24.317	(123.623)
<b>TOTAL DE RECEITAS</b>	<b>439.406</b>	<b>146.258</b>	<b>585.664</b>	<b>453.417</b>	<b>94.404</b>	<b>547.821</b>
Despesas com pessoal	(220.837)	(18.117)	(238.954)	(223.897)	(15.435)	(239.332)
Outras despesas administrativas	(109.963)	(37.083)	(147.046)	(122.550)	(27.902)	(150.452)
Despesas tributárias	(24.410)	(8.719)	(33.129)	(22.453)	(5.680)	(28.133)
Depreciação e amortização	(19.707)	(472)	(20.179)	(23.905)	-	(23.905)
Perdas com redução no valor recuperável de ativos financeiros	(391.140)	(60.707)	(451.847)	(1.020.905)	(38.872)	(1.059.777)
Ganhos (perdas) com outros ativos (líquidas)	(11.874)	(133)	(12.007)	28.705	(31.378)	(2.673)
<b>LUCRO ANTES DA TRIBUTAÇÃO</b>	<b>(338.525)</b>	<b>21.027</b>	<b>(317.498)</b>	<b>(931.588)</b>	<b>(24.863)</b>	<b>(956.451)</b>
Impostos sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos	81.676	(8.411)	73.265	511.003	9.945	520.949
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(256.849)</b>	<b>12.616</b>	<b>(244.233)</b>	<b>(420.585)</b>	<b>(14.918)</b>	<b>(435.502)</b>
<b>Total em Ativos</b>	<b>19.622.817</b>	<b>2.336.306</b>	<b>21.959.123</b>	<b>12.752.963</b>	<b>1.290.611</b>	<b>14.043.574</b>
Principal linha de ativo:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5.634.984	2.209.596	7.844.580	5.127.447	1.155.375	6.282.822
<b>Total em Passivos</b>	<b>18.109.835</b>	<b>2.242.820</b>	<b>20.352.655</b>	<b>11.962.598</b>	<b>1.159.831</b>	<b>13.122.429</b>
Principal linha de passivo:						
Depósitos de clientes	(98.647)	2.211.024	2.112.377	1.804.507	1.137.969	2.942.476

### 36. Transações com Partes Relacionadas

As partes relacionadas do CCB Brasil devem incluir, partes com controle conjunto sobre a entidade, empreendimentos em conjunto em que a entidade é um investidor e planos de benefícios pós-emprego para o benefício dos empregados de uma entidade ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada dessa entidade.

O CCB Brasil e suas empresas controladas diretas mantêm transações entre si, as quais foram eliminadas no consolidado.

Os saldos de operações do Banco com controladas, direta, indireta, empresas ligadas e pessoal chave da Administração podem ser observados conforme abaixo:

	Ativos / (passivos)		Receitas / (despesas)	
	2016	2015	2016	2015
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	<b>2.211.024</b>	<b>1.137.969</b>	<b>235.261</b>	<b>130.357</b>
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	2.211.024	1.137.969	235.261	111.741
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A	-	-	-	18.616
<b>Cotas de Fundo de Investimentos - FIDC</b>	<b>43.872</b>	<b>71.024</b>	<b>15.305</b>	<b>14.387</b>
BRASILFactors (a)	43.872	71.024	15.305	14.387
<b>Operações de Cessão de Crédito</b>	<b>558.913</b>	<b>277.656</b>	<b>162.924</b>	<b>75.550</b>
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	558.913	263.575	162.924	75.550
Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC's	-	14.081	-	-
<b>Depósitos à vista</b>	<b>(5.011)</b>	<b>(3.639)</b>	-	-
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A	(18)	(22)	-	-
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	(346)	(488)	-	-
CCB Brasil Informática S/A (a)	(1)	(2)	-	-
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda (a)	(306)	(882)	-	-
BRASILFactors (a)	(1)	(1)	-	-
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	(2.364)	(1.454)	-	-
CCB Brazil Holding Ltda. (e)	(769)	-	-	-
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(1.206)	(790)	-	-
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>(180.685)</b>	-	<b>(12.193)</b>	-
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A (a)	(20.761)	-	(2.347)	-
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	(159.924)	-	(9.846)	-
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>(130.986)</b>	<b>(135.062)</b>	<b>(18.965)</b>	<b>(20.537)</b>
CCB Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A	-	(19.416)	(65)	(2.470)
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	-	(9.253)	(166)	(9.340)
CCB Brasil Informática S/A (a)	(683)	(657)	(90)	(83)
CCB Brasil Administradora de Cartões de Crédito Ltda (a)	(16.232)	(40.996)	(3.660)	(2.941)
BRASILFactors (a)	(2.316)	(10.516)	(815)	(832)
FDIC BRASILFactors (b)	(62.727)	(1.663)	(4.189)	(2.408)
CCB Brazil Financial Holding Ltda. (e)	(47.704)	(52.457)	(9.936)	(2.410)
CCB Brasil Promotora de Vendas Ltda. (a)	(940)	-	(19)	-
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(384)	(104)	(25)	(53)



<b>Operações compromissadas</b>	<b>(54.897)</b>	<b>(180.029)</b>	<b>(14.589)</b>	<b>(20.829)</b>
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	(54.897)	(127.987)	(12.769)	(18.527)
CCB Brasil S.A. Crédito, Financiamentos e Investimentos (a)	-	(52.042)	(1.820)	(2.302)
<b>LCA</b>	<b>(1.718)</b>	<b>(2.517)</b>	<b>(211)</b>	<b>(131)</b>
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(1.718)	(2.517)	(211)	(131)
<b>LCI</b>	<b>(802)</b>	<b>(25.944)</b>	<b>(296)</b>	<b>(267)</b>
Pessoal-chave da Administração e Controladores (c)	(802)	(25.944)	(296)	(267)
<b>Swap</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(4.178)</b>
BRASILFactors (a)	-	-	-	(4.178)
<b>NDF</b>	<b>(753)</b>	<b>(1.650)</b>	<b>(9.760)</b>	<b>(3.908)</b>
BRASILFactors (a)	(753)	(1.650)	(9.760)	(3.908)
<b>Obrigações por Empréstimos</b>	<b>(7.285.717)</b>	<b>3.570.104</b>	<b>(421.011)</b>	<b>383.999</b>
China Construction Bank Corporation (d)	(7.285.717)	3.570.104	(421.011)	383.999
<b>Instrumentos de dívida elegíveis a capital</b>	<b>(559.926)</b>	<b>(397.526)</b>	<b>(16.544)</b>	<b>(7.410)</b>
China Construction Bank Corporation (d)	(559.926)	(397.526)	(16.544)	(7.410)
<b>Prestação de serviços</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>(12)</b>	<b>-</b>
CCB Brasil Arrendamento Mercantil S/A (a)	(1)	-	(12)	-

- (a) Controladas e Coligadas diretas;
- (b) Controladas e Coligadas indiretas;
- (c) Controladores e Pessoal Chave da Administração;
- (d) Controladora indireta sediada no exterior;
- (e) Controladora direta.

### Vencimentos e taxas das operações com partes relacionadas:

As aplicações interfinanceiras de liquidez pós-fixadas são valorizadas pelo CDI médio de 105% (105% em 2015) e as pré-fixadas às taxas médias de 14,85% a.a. (14,09% a.a. em 2015); as operações compromissadas foram realizadas às taxas médias de 13,65% a.a. (14,15% a.a. em 2015) e possuem vencimento em 01 de janeiro de 2017, com lastro superior a 03 anos (superior a 02 anos em 2015). As operações de LCA foram realizadas com taxas de 96% do CDI (97% em 2015) e possuem vencimento final em até 03 anos (até 03 anos em 2015). As operações de LCI foram realizadas com taxas de 96% do CDI (96% em 2015) e possuem vencimento final em até 01 ano (em até 03 anos em 2015). Os depósitos a prazo são remunerados pela taxa média de 101% do CDI (104% do CDI em 2015), diretamente relacionadas ao montante aplicado, com vencimento final em até 05 anos (em até 05 anos em 2015). As obrigações por empréstimos foram realizadas às taxas médias de 1,60% a.a. (1,15% em 2015) e variação cambial com vencimento final em até 01 ano (em até 01 ano em 2015).

## Remuneração da Administração

Em assembleia geral anual dos acionistas é estabelecida a remuneração máxima destinada aos Administradores membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria, bem como é definido o teto máximo para a participação dos Administradores no lucro do exercício, quando for o caso.

A partir de 01 de janeiro de 2012, teve início a vigência da Resolução CMN nº 3.921/10, a qual determinou estrutura mínima de remuneração variável a ser paga a Administradores de Instituições Financeiras, com a seguinte delimitação: 50% da remuneração variável poderá ser paga em espécie; 10% da remuneração variável deverá ser paga em ações, instrumentos baseados em ações ou outros ativos, com deliberação e disponibilidade imediata; e 40% da remuneração variável deverá ser paga em ações, instrumentos baseados em ações ou outros ativos com a disponibilidade diferida proporcionalmente por 03 anos consecutivos, condicionada ao cumprimento, em cada um daqueles anos, das metas individuais, de equipe e Corporativas estabelecidas em Plano específico, que vincule o pagamento de remuneração variável ao efetivo desempenho positivo da instituição.

### i) Benefícios de curto prazo

Remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria do CCB Brasil Múltiplo e Consolidado:

	2016	2015
Remuneração fixa	15.648	12.935
Outros	1.030	833
<b>Total</b>	<b>16.678</b>	<b>13.768</b>

### ii) Benefícios de longo prazo e pós-emprego

O CCB Brasil não possui benefícios pós-emprego e nem de longo prazo para o pessoal-chave da Administração.

### iii) Rescisão do contrato

O CCB Brasil não possui, para o pessoal-chave da Administração, benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho.

### iii) Outros benefícios

O CCB Brasil não concedeu, até a presente data, nenhum benefício de longo prazo ou benefício pós-emprego aos administradores da entidade.

## **Empréstimos e recebíveis**

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

i) Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas.

ii) Qualquer entidade controlada pela instituição.

Qualquer entidade da qual o Banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimo ou adiantamento a quaisquer controladas, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

### *37. Gestão do Risco*

---

#### **Gestão de Riscos**

A estrutura de controle dos riscos de mercado, crédito e operacional é centralizada, visando assegurar o cumprimento das políticas estabelecidas e a melhor identificação dos riscos que possam afetar a estratégia de negócios e o cumprimento de objetivos. Propicia adicionalmente uma visão global das exposições, de forma a aperfeiçoar e tornar mais ágeis as decisões estratégicas. A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios que norteiam a estratégia institucional no controle e gerenciamento dos riscos em todas as operações. Administrativamente, as ações são avaliadas nos diversos comitês que garantem a adequação do gerenciamento, considerando a complexidade dos produtos, a exposição ao risco e a relação risco-retorno que envolvem todas as decisões de negócios da Instituição.

O Banco dispõe de diversas políticas, normas e procedimentos para realizar o gerenciamento dos riscos. Estes instrumentos estabelecem as diretrizes básicas de atuação expressos pela Alta Administração em consonância com os padrões de integridade e valores éticos da instituição e alcançam todas as atividades da organização.

As políticas, normas e procedimentos asseguram que a organização tenha uma estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações, a complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos, permitindo o seu adequado gerenciamento.

As políticas de gestão de riscos do CCB Brasil estão alinhadas aos objetivos estratégicos da organização, às melhores práticas e em conformidade com normativos estabelecidos por órgãos supervisores, sendo revisadas e atualizadas regularmente de forma a refletir mudanças nos mercados, produtos e regulamentações.

#### **Governança e Responsabilidade sobre Riscos**

Na estrutura organizacional do CCB Brasil, observa-se um adequado nível de segregação de funções no processo de subordinação das diversas diretorias responsáveis pelas funções de Auditoria Interna, Gestão de Riscos e Controles Internos, o que condiz com o porte da Instituição.

No que tange a Gestão de Riscos, o CCB Brasil possui três unidades independentes de Gestão de Riscos - Operacional, Mercado e Crédito - subordinadas à Diretoria de Governança Corporativa, que tem seu reporte direto à Vice-Presidência Operacional, que perante o Banco Central foi designado o diretor responsável pela Gestão de Capital.

## **O Apetite ao Risco**

O apetite ao risco refere-se aos tipos e níveis de riscos que de forma ampla a Instituição se dispõe a admitir na realização dos seus objetivos e está refletido na filosofia de gerenciamento de riscos corporativos que por sua vez influencia a cultura e o modo de atuação da Instituição.

Esta tolerância é influenciada por diversos fatores, incluindo a avaliação da consistência do risco com a estratégia corporativa.

Para o CCB Brasil, a estrutura de apetite ao risco é considerada como um elemento-chave no cumprimento das obrigações de requerimentos de capital vigentes.

## **Cenários dos Testes de Estresse**

Análises de cenário para testes de estresse são mecanismos importantes para entender a sensibilidade do capital e dos planos de negócio do CCB Brasil em situações de eventos extremos, mas plausíveis. Além de considerar o efeito financeiro potencial sobre os planos de negócio, essa ferramenta fornece à Diretoria Executiva a possibilidade de estabelecer planos de ação para mitigar tais eventos, caso aconteçam.

Exercícios periódicos são realizados para comparar o capital requerido existente com o volume demandado por cenários de estresse, incluindo a deterioração do cenário econômico global de forma mais severa. Técnicas qualitativas e quantitativas são utilizadas para estimar o impacto potencial sobre a posição de capital sob tais cenários.

Estes instrumentos auxiliam na mitigação dos riscos apresentados por crises financeiras. Enquanto a predição de eventos futuros podem não cobrir todas as eventualidades, nem identificar precisamente os eventos futuros, cenários analisados no passado podem representar informações privilegiadas na identificação de ações necessárias para a mitigação de riscos quando eventos similares acontecerem.

**Tabela I- Valores Destacados para cada Parcela de Risco**

Descrição	2016	
	Valor destacado	Risco
Parcela de risco de Crédito - (Pepr)	830.411	
Parcela de risco de câmbio - (Pcam)	9.191	
Parcela de risco de taxas de juros - (Pjur)	99	
Parcela de risco de ações- (Pacs)	-	
Parcela de risco operacional- (Popr)	62.158	
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)</b>	<b>901.859</b>	
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - Nível I	472.315	
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - Nível II	905.331	
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - Nível I + II</b>	<b>1.377.646</b>	
Fator de risco - 11% sob (PR)		136.043
<b>Índice da Basileia - (Fator de risco/ PRE)</b>		<b>15,08%</b>

Descrição	2015	
	Valor destacado	Risco
Parcela de risco de Crédito - (Pepr)	958.447	
Parcela de risco de câmbio - (Pcam)	3.532	
Parcela de risco de taxas de juros - (Pjur)	2.386	
Parcela de risco de ações- (Pacs)	491	
Parcela de risco operacional- (Popr)	160.769	
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE)</b>	<b>1.125.625</b>	
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - Nível I	435.401	
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - Nível II	1.066.668	
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - Nível I + II</b>	<b>1.502.069</b>	
Fator de risco - 11% sob (PR)		165.228
<b>Índice da Basileia - (Fator de risco/ PRE)</b>		<b>14,67%</b>

A administração acredita que a implementação do plano de negócios em vigor (nota 1), permitirá alcançar os objetivos de requerimento de capital exigidos pelo plano de negócios da companhia e atender aos níveis mínimos de capitalização requeridos pelo Banco Central do Brasil.

Em 1º de março de 2013 o BACEN editou um conjunto de quatro Resoluções e quinze circulares, conhecido por “Basileia III”, que estabeleceu novos requerimentos de capital para as instituições financeiras operantes no sistema bancário brasileiro, dentre elas as Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13 que determinaram nova metodologia para o cálculo do Patrimônio de Referência, em vigor desde Outubro de 2013. Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.192/13, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução CMN nº 4.280/13.

O quadro abaixo demonstra a apuração do patrimônio de referência mínimo requerido para os ativos ponderados pelo risco (RWA) que passou a ser de 9,875% mais o adicional de capital principal de 0,625% (totalizando 10,50%) de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016, comparado com os 11,0% requeridos até 31 de dezembro de 2015:

<u>Calculo do Índice de Basileia</u>	<u>Basiléia III Dez 2016</u>	<u>Basiléia III Dez 2015</u>
Patrimônio de Referência Nivel I	472.315	435.401
- Capital Principal	336.303	435.401
- Bônus Perpétuo (*)	136.012	-
Patrimônio de Referência Nivel II	905.331	1.066.668
- Dívida Subordinada	905.331	1.066.668
<b>PATRIMONIO DE REFERENCIA</b>	<b>1.377.646</b>	<b>1.502.069</b>
Risco de Crédito	830.411	958.447
Risco de Mercado	9.290	6.409
Risco Operacional	62.158	160.769
<b>ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA</b>	<b>901.859</b>	<b>1.125.625</b>
Índice de Basiléia (%)	15,08	14,67
Índice de Capitalização Nível I (**)	5,17	4,25
Índice de Capitalização Nível II	9,91	10,42

(\*).Parte do Bônus Perpétuo no montante total de R\$ 228.145 (US\$ 70 milhões), emitidos em 29 de dezembro de 2016, em processo de homologação junto ao Banco Central do Brasil.

(\*\*) Se considerado no cálculo o aumento de capital integralizado pela Controladora em 28 de dezembro de 2016, o índice seria de 6,89% .

## **Risco de Mercado**

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela instituição.

A Política de Gerenciamento do Risco de Mercado do CCB Brasil define um conjunto de controles, processos, ferramentas, sistemas e relatórios padrões, necessários para o adequado controle e gerenciamento do Risco de Mercado.

É responsabilidade do Departamento de Gerenciamento de Risco de Mercado a manutenção e atualização da Política e estrutura da área e levá-la a discussão à diretoria, anualmente. Atua de forma independente das áreas de negócios e é responsável pelo monitoramento e análise dos riscos de mercado oriundos das atividades comerciais e tesouraria do banco. Também é responsável por garantir que os níveis de exposição ao risco estejam de acordo com os limites adotados pelo Comitê Financeiro, assim como observar e recomendar níveis de capitalização adequados e compatíveis com tais riscos.

O Banco designou o Diretor de Controladoria responsável pela Estrutura de Risco de Mercado perante o Banco Central. O diretor indicado não é responsável por funções relacionadas à administração de recursos de terceiros ou de operações de tesouraria.

Abaixo um resumo dos principais riscos de mercado considerados pelo Banco:

**Risco de Taxa de Juros:** O risco associado à mudanças do valor de mercado de determinado ativo decorrente da variações nas taxas de juros praticadas no mercado.

**Risco de Ações:** Envolve o índice de ações e as cotações de ações, propriamente ditas e surge pela oscilação de preços ou de índices de ações.

**Risco Cambial:** É o risco associado às oscilações nas taxas de câmbio assim como sua volatilidade.

**Risco de Commodities:** É o risco associado à oscilação nos preços de commodities (ex: metais, petróleo, agrícolas).

**Risco de Inflação:** Decorre da oscilação dos preços de bens e serviços na economia.

### **Metodologia para Risco de Mercado**

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por quatro principais tipos de medidas: posições, sensibilidades (PV01), testes de estresse, EVE e o “Value-at-Risk” (incluindo testes de aderência e validações).

Todas as métricas de risco são monitoradas continuamente de forma integrada com o objetivo de propiciar uma visão global do perfil de risco do CCB Brasil.

### ***Posições***

O monitoramento e controle das posições do banco apenas por seu valor de mercado não fornecem uma sensibilidade adequada a real exposição aos diversos fatores de risco do banco. A complementação desta medida com as demais ferramentas de controle de risco faz-se necessária para um melhor monitoramento e análise das exposições.

Durante o todo o ano de 2016, os níveis médios de risco de mercado não apresentaram mudanças bruscas, reduziram gradativamente para a carteira Trading ao longo de todo o ano. Em contrapartida, a carteira Global apresentou um pequeno aumento em comparação ao ano anterior. Em 31 de dezembro de 2016, o VaR para a exposição de trading atingiu R\$ 39,2 mil e o VaR Global (Trading e Banking) - R\$ 58.809,3mil. Comparativamente, em 31 de dezembro de 2015, o VaR para a posição de trading atingiu R\$ 265,8 mil e o VaR Global - 34.776,3 milhões



### *Análise de Cenários de Estresse*

O teste de estresse é um método para medir a perda potencial em uma carteira devido a eventos extremos (baixa probabilidade) de mercado. A realização de testes de estresse pela área de risco de mercado atende tanto às políticas globais do Banco quanto as exigências das autoridades reguladoras.

Os testes de estresse são uma importante ferramenta para complementar o modelo primário de medida de risco (VaR).

A área de risco de mercado é responsável por:

- Definição e revisão da metodologia interna utilizada para os testes de estresse;
- Realização e monitoramento dos testes de estresse periodicamente;
- Elaboração dos relatórios de resultados dos testes.

A área de risco de mercado também é responsável pela realização e definição dos parâmetros utilizados nos testes de estresse exigidos pelas autoridades reguladoras.

### **Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade demonstra o impacto que a mudança de um determinado fator de risco gera sobre a carteira da instituição. As análises de sensibilidade são uma métrica particularmente importante para o gerenciamento do risco de mercado da instituição visto que pequenas mudanças nos fatores de risco podem gerar perdas / ganhos significativos quando consideradas todas as carteiras.

A Instituição conduziu análise de sensibilidade utilizando cenário de 10% de valorizações ou desvalorizações cambiais, taxas de juros e ações (Cenário I) , 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III). É necessária a divulgação de quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado relevante, originado por instrumentos financeiros, que expõem a Instituição na data de encerramento de cada período. Para sua elaboração identificou-se os tipos de risco que poderiam gerar prejuízos materiais, incluídas as operações com instrumentos financeiros derivativos em um cenário mais provável, além de 2 (dois) cenários que pudessem gerar resultados adversos para a Instituição. Na definição dos cenários, a situação considerada provável pela administração foi referenciada por fonte externa independente: BM&F - BOVESPA e uma situação, com deterioração ou valorização de 25% e 50% na variável de risco considerada.

Apresentamos no quadro de análise de sensibilidade o conjunto de operações envolvendo instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, que o CCB Brasil possui com o intuito de administrar sua exposição a riscos de mercado e que visa protegê-lo, especialmente em períodos de quebra dos padrões históricos. Essa avaliação é sistematicamente realizada pela área de gestão de riscos e avaliada pelo Comitê de Tesouraria, que se reúne e define um conjunto de cenários em ambiente de crise. Entende-se por cenário, neste contexto, uma determinada combinação de preços e taxas de juros. A elaboração do quadro seguiu o seguinte procedimento:

- (i) Calculou-se, em cada um dos cenários, os valores da carteira de negociação (Trading Book) e das operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da instituição e seus respectivos hedges (Banking Book);
- (ii) Para cada um dos fatores de risco, escolheu-se a direção que trouxesse a maior perda e, sobre ele, aplicado aumento ou redução definidos;
- (iii) Por fim, obtiveram-se os resultados das perdas, correspondentes ao cenário hipotético correspondente.

Os cenários a seguir, não necessariamente refletem a gestão de riscos de mercado da Instituição e tampouco estão associados às práticas contábeis. Os modelos de estresse podem representar situações extremas e distantes do cotidiano.

Abaixo o resumo das premissas para cada um dos cenários.

Escolheu-se para cada fator de risco de cada carteira o sentido (acréscimo ou decréscimo) que maximiza a perda. Foram mantidos deslocamentos paralelos das curvas, ou seja, um deslocamento de + 1.000 basis points significa que em toda a curva futura houve um acréscimo de 10% às taxas vigentes.

Para cada cenário, é mensurada a perda esperada da carteira em relação à posição marcada a mercado.

Abaixo, a descrição dos cenários

**Cenário 1:** Situação de menor oscilação. Premissas utilizadas: choque paralelo de 10,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2016, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

**Cenário 2:** Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 25,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2016, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

**Cenário 3:** Situação eventual. Premissas utilizadas: choque paralelo de 50,0% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2016, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Os cenários adotados para a Carteira banking encontram-se na tabela a seguir, que também reflete deterioração das expectativas macroeconômicas no sentido que maximiza a perda para cada fator de risco desta carteira. Para isso, as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre acréscimo, a bolsa brasileira cai, e a inflação tem amplitude consideravelmente elevada, o que tem reflexo nos indicadores e contratos indexados.

Carteira Trading - premissas para fatores de risco			
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Curva de Juros (Pré)	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Curva de Cupom Cambial	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Dólar à Vista	acréscimo de 10%	acréscimo de 25%	acréscimo de 50%
Bolsa BM&FBOVESPA	queda de 10%	queda de 25%	queda de 50%
Inflação	aumento de 10%	aumento de 25%	aumento de 50%

Os cenários apresentados na tabela acima referente à Carteira Trading refletem situação de deterioração das expectativas macroeconômicas: as taxas de juros (pré) sobem fortemente (10%; 25%; e, 50%), há um substancial deslocamento paralelo das curvas de cupom cambial, o câmbio sofre grandes oscilações, a bolsa brasileira cai.

Carteira Banking - premissas para fatores de risco			
	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Curva de Juros (Pré)	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Curva de Cupom Cambial	deslocamento paralelo de +1.000 basis points	deslocamento paralelo de +2.500 basis points	deslocamento paralelo de +5.000 basis points
Dólar à Vista	aumento de 10%	aumento de 25%	aumento de 50%
Bolsa BM&F BOVESPA	queda de 10%	queda de 25%	queda de 50%
Inflação	alta de 10%	alta de 25%	alta de 50%

Os resultados das perdas calculadas nos cenários expostos sintetizam as perdas advindas de oscilações de mercado por fator de risco, gerados pelos sistemas do CCB Brasil e calculados para as carteiras (Trading e Banking). Essas perdas estão no quadro a seguir:

## Carteira Trading - resultados para os fatores de risco (R\$ mil) em 31/12/2016

Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa Prefixada em Reais	(703)	(1.731)	(3.383)
Ações e Índices	(307)	(767)	(1.535)
Inflação	-	-	(1)
Dólar e Cupom de Dólar	(102)	(256)	(514)
<b>Perda Total</b>	<b>(1.112)</b>	<b>(2.754)</b>	<b>(5.433)</b>

## Carteira Banking - resultados para os fatores de risco (R\$ mil) em 31/12/2016

Fatores de risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Dólar e Cupom de Dólar	(63.212)	(169.699)	(375.148)
Taxa Prefixada em Reais	(154.339)	(366.475)	(672.573)
Ações e Índices	-	(1)	(2)
Inflação	(1.027)	(2.572)	(5.060)
<b>Perda Total</b>	<b>(218.578)</b>	<b>(538.747)</b>	<b>(1.052.783)</b>

Os fatores de riscos apresentados são os seguintes:

- Cupom de US\$ - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações do dólar norte americano e da taxa de juros em dólares.
- Taxa pré-fixada em real - Inclui todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros denominada em Real.
- Ações e Índices - Compreende as ações e os índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações.
- Inflação - Refere-se a todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

Para efeito dos cálculos, foram adotadas as premissas de intervalo de confiança de 99%, para o cálculo do VaR e horizonte de tempo de 10 dias para saída da posição.

O Quadro de Análise de Sensibilidade tem limitações e o impacto econômico em uma eventual oscilação de taxa de juros poderá não representar necessariamente um lucro ou prejuízo contábil material para instituição. A combinação específica de preços que determina cada cenário é uma decisão arbitrária, embora possível. Os sinais das correlações históricas entre os ativos não foram necessariamente respeitados, e tampouco os cenários escolhidos foram observados no passado.

A contabilização dos instrumentos da carteira “Banking”, em sua grande maioria, é efetuada pela curva contratada, que diferem dos instrumentos financeiros derivativos da carteira “Trading” que sofrem oscilações no respectivo registro contábil em razão da marcação a mercado.

Os resultados apresentados no quadro referente a carteira banking podem, à primeira vista, dar a impressão de alta sensibilidade à volatilidade. Para uma melhor análise de resultados obtidos nessa carteira, o quadro gerencial abaixo - que inclui derivativos, ativos e outros - aponta os descasamentos das operações da Instituição. Nele se verifica que há um descasamento substancial das posições pré-fixadas, que dariam um impacto negativo nos resultados, caso houvesse aumento das taxas de juros. Todavia, o quadro de sensibilidade apresentado não considera correlações entre os diferentes fatores de risco. Isso significa que a análise desconsidera a correlação entre os fatores pré e CDI, ou seja, as perdas das taxas pré-fixadas não são compensadas pelos ganhos em CDI.

Da mesma forma, no quadro de sensibilidade, as taxas de juros e o câmbio foram considerados não correlacionados. As limitações da análise de cenários envolvem também a marcação a mercado de todas as posições o que contradiz a determinação da Instituição em levar as operações (especialmente as de captação em moeda estrangeira) até o vencimento, o que pode induzir o leitor a erro ao julgar que as perdas apresentadas nos cenários se materializarão, mesmo que se verifiquem as oscilações previstas nos fatores de risco.

2016		
Indexador	Ativo	Passivo
Pré fixado	3.974.437	8.993.009
LFT / LBC	6.372.058	513.886
CDI	2.336.462	4.590.847
Dólar - BCC Venda	12.560.113	9.714.714
TR Mensal	25.494	10.702
IGPM	17.241	-
INPC	4.282	-
IPCA	55.131	18.385
LIBOR-SEMESTRAL	24.560	-
<b>Total</b>	<b>25.369.778</b>	<b>23.841.543</b>

2015		
Indexador	Ativo	Passivo
Pré fixado	2.228.207	4.818.775
LFT / LBC	3.307.263	524.146
CDI	2.930.356	6.339.293
Dólar - BCC Venda	7.172.688	6.678.388
TR Mensal	14.860	12.561
IGPM	104.303	18.103
IPCA	638.554	529.161
UR1516-BTN	3.071	-
LIBOR-SEMESTRAL	88.271	-
<b>Total</b>	<b>16.487.573</b>	<b>18.920.427</b>

## Backtesting

*Backtesting* é um método utilizado na avaliação da qualidade do modelo de VaR utilizado pelo banco.

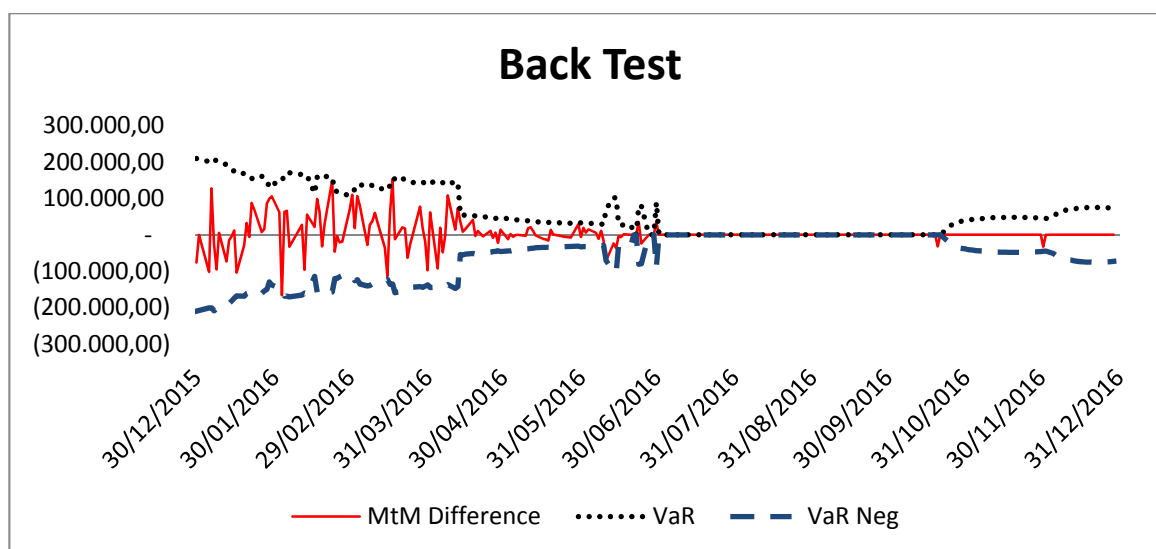
O método compara os resultados previstos pelo modelo de VaR com os resultados efetivos medidos pelas diferenças de valores da carteira a cada dia, quando marcadas a mercado.(clean P&L).

Sua função é medir a capacidade de previsão de perdas potenciais do modelo de VaR sob condições normais de mercado, dado um determinado nível de confiança. Caso o P&L exceda o VaR temos um “outlier”, caso a quantidade de “outliers” supere o nível de confiança o modelo deve ser revisado.

O Banco tem como prática a utilização do *backtesting* na validação e aderência do modelo de Value-at-Risk nas carteiras do banco.

A área de risco de mercado é responsável pela realização do *backtesting*.

A metodologia aplicada e os modelos estatísticos existentes são validados diariamente utilizando-se técnicas de *backtesting*. O *backtesting* compara o VaR diário calculado com o resultado obtido com essas posições (excluindo resultado com posições *intraday*, taxas de corretagem e comissões). Seu principal objetivo é monitorar, validar e avaliar a aderência do modelo de VaR, sendo que o número de rompimentos deve estar de acordo com o intervalo de confiança previamente estabelecido na modelagem. O gráfico a seguir mostra o VaR diário e o resultado correspondente dos últimos 12 meses, no qual os resultados adversos não superaram o estimado, ou seja, o número de rompimentos está dentro do limite definido pelo nível de confiança do modelo adotado, prova de sua consistência.



## **Value-at-Risk**

O Value-at-Risk (valor em risco ou VaR) de uma carteira representa a máxima perda potencial esperada para um dado nível de confiança e por um determinado período de tempo (holding period).

O Value-at-Risk é uma importante ferramenta de gerenciamento de risco utilizada internamente e também utilizada para fins de cálculo de capital regulatório.

Os parâmetros empregados no cálculo do VaR podem variar de acordo com o perfil das posições que estão sendo analisadas. Modelos regulatórios e proprietários podem ter diferentes holding periods e intervalos de confiança.

## **Sistemas**

O CCB Brasil utiliza os seguintes sistemas para cálculo e monitoramento de risco de mercado:

- MAPS - RMS Risk Management System : Sistema Global para Cálculo de risco de mercado e controle das posições e cálculo de risco de mercado regulatório;
- Proteu - CRK Soluções Financeiras: Sistema Global para o cálculo de resultados da carteira trading.

## **Responsabilidades**

A área de Risco de Mercado é responsável por:

- Monitorar e analisar posições aos fatores de risco;
- Assegurar que posições estão de acordo com limites estabelecidos e aprovados internamente;
- Assegurar que os procedimentos internos estão de acordo com as políticas de risco de mercado definidos pelo Comitê Financeiro;
- Analisar previamente os fatores de risco de novas operações;
- Calcular e enviar os relatórios regulatórios referentes a risco de mercado;
- Elaborar e revisar documentação das políticas e procedimentos da área de risco de mercado.

## Risco de Crédito

Introdução ao tratamento do risco de crédito

Risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, a vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O processo de tomada de decisões garante agilidade e foco nas ações de crédito, levando em consideração oportunidades de negócios e mudanças de cenários. Para isso, o CCB Brasil possui uma área independente para o gerenciamento de risco de crédito, seguindo as melhores práticas de governança. Esta área atua de forma independente da estrutura de aprovação de crédito, calcula os ratings de clientes baseados em métricas que consideram o comportamento do cliente no mercado, além daquele que advém de suas operações na Instituição. Difere, portanto dos conceitos utilizados pela área de aprovação de crédito, cuja estrutura está alicerçada em criteriosos procedimentos de análise, desenvolvidos a partir da expertise adquirida ao longo da história do Banco.

Em consonância com as práticas de referência do mercado, o Banco continua aperfeiçoando seus controles e modelos de análise. Em atendimento à Resolução CMN nº 3.721 e ao novo acordo da Basileia, existem estruturas de comitês e comissões específicas para melhor gestão, controle e acompanhamento desse risco.

Para algumas operações de valores mais representativos, o CCB Brasil concede crédito mediante apresentação de uma garantia que mitigue o risco da contraparte.

	2016	2015
Instrumentos de Dívida	7.698.332	4.045.274
Derivativos	336.983	962.378
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	4.142.733	724.184
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7.844.580	6.282.822
Outros empréstimos e recebíveis	92.342	33.658
Garantias prestadas	3.578.464	3.492.404
<b>Exposição máxima ao risco de crédito</b>	<b>23.693.434</b>	<b>15.540.720</b>



### ***Garantias Recebidas (mitigadoras da exposição máxima ao risco de crédito)***

As garantias bancárias utilizadas para as operações financeiras no CCB Brasil são, normalmente, as garantias reais e as garantias pessoais. As garantias reais são aquelas que incidem sobre um bem ou coisa específica, e as mais usadas, são a hipoteca, o penhor (ou caução) e a alienação fiduciária. As garantias pessoais incidem sobre todo o patrimônio dos coobrigados, sem determinação expressa sobre um bem específico. Essas garantias só incidem sobre o patrimônio, o que torna um devedor insolvente, sem patrimônio, fora do alcance de qualquer medida de execução de contrato.

As garantias pessoais podem ser concedidas por pessoas físicas ou jurídicas, onde as mesmas assumem a obrigação de honrar os compromissos assumidos no empréstimo e recebível mantido com o cliente. As garantias pessoais utilizadas são a fiança e o aval. A fiança é um contrato autônomo e acessório de garantia, através do qual o fiador compromete-se a cumprir com as obrigações do afiançado perante o banco, e exige a qualificação das partes, só podendo ser formalizada, expressamente, por instrumento escrito - público ou particular. A fiança é um contrato que garante contratos (mútuo, abertura de crédito, etc.). O fiador responde com todo o seu patrimônio e tem o direito, se dele não abrir mão, ao benefício de ordem, ou seja, só poderá ter seus bens executados depois de executados os bens do afiançado. O aval é uma característica de um título de crédito, que permite a um terceiro, pela mera aposição de sua assinatura, aceitar ser coobrigado em relação às obrigações do avalizado. Se o aval não identificar o avalizado, o avalista estará garantindo o último devedor do título. O aval não exige a outorga do cônjuge ou a qualificação do avalista e não tem benefício de ordem, ficando o avalista coobrigado pelo pagamento total do título. O Banco se utiliza das garantias pessoais em quase todos os empréstimos e recebíveis, muito embora representem uma mitigação mais baixa comparada a das garantias reais.

As garantias reais utilizadas nas operações são bens ou direitos de recebimentos dados em garantia de obrigações relativas aos empréstimos e recebíveis. As operações com recebíveis (caução) representam o segundo grande mitigador do risco de crédito no CCB Brasil e está representado por contratos que os tomadores possuem com terceiros, duplicatas e direitos creditórios de modo geral. O penhor de direitos, dinheiro ou títulos de crédito também pode ser chamado de caução.

O penhor mercantil está classificado como demais garantias e tem como principal vantagem a possibilidade de uso em operações em que outras garantias não possam ser utilizadas (como no caso do crédito rural). Sua principal desvantagem está ligada à natureza ou ao valor dos bens que são objeto de penhor: depreciação, remoção, transporte, obsolescência, dificuldades de encontrar comprador etc. Essa garantia não é utilizada sempre que for possível constituir alienação fiduciária em garantia, uma vez que o penhor deve respeitar a preferência dos créditos privilegiados (trabalhistas e fiscais). O penhor mercantil ou industrial pode se constituir no estoque de matéria-prima ou de produto acabado, como bem objeto da relação.

O penhor é também, basicamente, um direito de privilégio na execução de um bem móvel. Tal como no caso da hipoteca, o bem deve ser descrito através de contrato formalizado por instrumento escrito, embora não exija a forma pública. Exige-se também o registro do contrato em cartório de Títulos e Documentos para cautela contra direitos de terceiros. O penhor pode seguir diferentes normas jurídicas: civil, mercantil, cedular etc. Entretanto, todas as modalidades usadas em operações do banco dispensam a exigência da entrega do bem para sua constituição, podendo ser constituído um fiel depositário para se responsabilizar pelo bem, em caso de necessidade.

Do quadro de garantias destacam-se a alienação fiduciária e a hipoteca, sendo que na primeira há a transferência ao credor da propriedade resolúvel do bem, ou seja, o credor terá o domínio do bem vinculado a um termo ou a uma condição resolutiva, já na segunda, um bem imóvel, do devedor ou terceiro, é dado em garantia para assegurar o pagamento de determinada dívida, sem que exista a transferência da posse do bem ao credor.

A hipoteca é o direito real de garantia classificado no quadro como “Bens Imóveis” que dá ao credor o privilégio na execução de um bem imóvel e de suas partes acrescidas. No Direito Civil brasileiro, imóvel é basicamente o terreno. As construções e os bens móveis que nele são colocados representam acessórios e podem incorporar-se ao imóvel. A hipoteca é um contrato formal, que exige a escritura pública (lavrada no livro próprio do cartório de Ofício de Notas) e o registro no cartório de Registro de Imóveis (RGI) da comarca em que estiver o bem, para sua constituição. Sua maior desvantagem é a preferência que sofre para credores trabalhistas e fiscais, que têm direito de receber antes dos credores hipotecários e o prazo de sua execução.

A alienação fiduciária em garantia incide sobre bens móveis, classificados no quadro como “equipamentos e bens” e, mais recentemente, imóveis e consiste na transferência da propriedade do bem para o credor enquanto durar a obrigação garantida. Essa característica permite que se afaste o direito dos credores privilegiados, uma vez que se trata de bens de terceiros, estranhos ao patrimônio do devedor até a quitação da dívida. A alienação fiduciária, em princípio, não será atingida pela falência ou concordata, por ser um bem estranho à massa falida. Em caso de falência, as chances de recuperação de crédito com garantia hipotecária ou pignoratícia são ainda mais remotas, uma vez que o quadro de classificação dos créditos a serem pagos, depois de todo o longo processo de sindicância, exige antes o pagamento de créditos trabalhistas e fiscais, despesas feitas por terceiros para conservação dos bens e encargos da massa.

## **Medidas e Ferramentas de Mensuração do Risco de Crédito na Carteira**

### **Ferramentas de *Rating***

O CCB Brasil usa modelos próprios de rating internos no que diz respeito à análise de risco da operação, em cumprimento à Resolução 2.682/99 CMN, que dispõe sobre a classificação e constituição de provisão para os empréstimos e recebíveis, mediante a utilização dos nove níveis de risco. As operações são classificadas de acordo com o julgamento da Administração levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, a períodos de atraso e grupo econômico.

Para efeito da avaliação da carteira de crédito, a área de gestão de riscos adotou modelo interno para mensuração do VaR de crédito, cuja fundamentação teórica está baseada em abordagem atuarial. O VaR da carteira de crédito está associado a uma distribuição de perda agregada para um determinado nível de confiança. A média desta distribuição é a Perda Esperada (PE), que representa a expectativa de perda, em média, num determinado período de tempo, cuja proteção é realizada por meio de provisão. Já o Capital Econômico, que está associado à Perda Inesperada, é determinado pela diferença entre o VaR e a PE. Para esta parcela, o Banco protege-se alocando capital para cobertura de riscos. Desta forma, o VaR com nível de confiança de 99% (padrão adotado pelo Banco) é a perda máxima que um portfólio pode sustentar em 99% dos casos, desconsiderados os eventos raros cuja probabilidade de ocorrência é de apenas 1%, ou seja, a probabilidade que a perda da carteira ultrapasse o valor do VaR é de 1%.

Para o cálculo do VaR e de outras medidas estatísticas o Banco utiliza a metodologia de simulação de Monte-Carlo. Trata-se de uma metodologia onde os eventos de crédito são simulados em um ambiente computacional para um número muito grande de vezes, sendo os valores das perdas, para cada um dos cenários simulados, armazenados e agrupados estatisticamente em uma coleção de onde são calculados diretamente os valores em risco (VaR) para cada um dos níveis de confiança.

### **Escala de Risco**

Para que seja possível calcular o risco da carteira de crédito, é necessário avaliar cada um dos clientes e definir patamares diferenciados de risco. As empresas são agrupadas em classes homogêneas de risco, que indica o grau de risco da empresa analisada e a respectiva probabilidade de inadimplência.

### **Probabilidade de Inadimplência**

A área de gestão de riscos possui avaliação independente da área de concessão de crédito das classes de risco dos clientes. As classes seguem a indicação da probabilidade de inadimplência associada a cada classe de risco, que oferece a medida objetiva do grau de risco.

Equivalente Serasa Experian	Probabilidade de Default	Probabilidade média de Default	Risco
1	0,00% a 0,10%	0,05%	Muito Baixo
2	0,10% a 0,20%	0,15%	Muito Baixo
3	0,20% a 0,30%	0,25%	Muito Baixo
4	0,30% a 0,40%	0,35%	Muito Baixo
5	0,40% a 0,50%	0,45%	Baixo
6	0,50% a 0,75%	0,62%	Baixo
7	0,75% a 1,0%	0,87%	Baixo
8	1,00% a 1,25%	1,12%	Baixo
9	1,25% a 1,50%	1,37%	Moderado
10	1,50% a 2,00%	1,75%	Moderado
11	2,00% a 3,00%	2,50%	Moderado
12	3,00% a 4,00%	3,50%	Moderado
13	4,00% a 5,00%	4,50%	Moderado
14	5,00% a 8,00%	6,50%	Moderado
15	8,00% a 10,00%	9,00%	Moderado
16	10,00% a 15,00%	12,50%	Alto
17	15,00% a 30,00%	22,50%	Alto
18	30,00% a 50,00%	40,00%	Alto
19	50,00% a 99,99%	75,00%	Alto
20	Default	Cesta de Eventos	Muito Alto
21	Default	Recup. Judicial e Extra	Muito Alto
22	Default	Falência	Muito Alto

### Cálculo do VaR de Crédito

O Banco se utiliza da ferramenta automatizada desenvolvida em conjunto com empresa especializada e implementada no Banco desde 2016. Desenvolvido com base em métodos quantitativos e contando com critérios de avaliação consagrados no mercado, apura a probabilidade de default ajustadas para cada um dos fluxos e, dado o nível de confiança especificado em sua entrada, calcula o VaR (Value-at-Risk) da carteira de crédito.

No paradigma atuarial o risco é mensurado em termos dos fluxos de caixa futuros, quer dizer, o risco de default de um contrato presente até seu vencimento. Como se trata de uma metodologia atuarial e não de mensuração de valores, a metodologia atuarial não considera os efeitos das taxas de juros sobre as exposições em risco, calculando as perdas em termos dos valores de face, ajustadas à taxa de recuperação determinadas pelo CCB Brasil com base na avaliação e experiência histórica, uma vez que são as porções não recuperadas as exposições efetivas sob risco de crédito. Assim, o paradigma atuarial captura corretamente a componente de risco de crédito, ajustando as probabilidades de default aos vencimentos dos contratos. A metodologia de cálculo é sensível ao fato que contratos com vencimentos mais longos possuam maior risco de crédito do que contratos com vencimentos mais curtos.

### Parâmetros de risco de crédito

O cálculo da LGD (loss given default, ou perda decorrente de inadimplência) baseia-se na observação da recuperação de créditos inadimplentes, tendo em conta não só receitas e despesas vinculadas ao processo de recuperação, mas também o momento em que acontece e os custos indiretos decorrentes desse processo.

## **Gestão de Ativos e Passivos e Risco de Liquidez**

### Visão Geral

O Banco utiliza o conceito de Liquidez Imediatamente Disponível (LID) como o montante de recursos que podem ser utilizados pelo Banco, sem discussão nem contingências, num prazo que caracteriza a janela de liquidação de 24 horas. A avaliação da liquidez nesse curto período justifica-se devido ao pouco tempo que se tem para a resolução de problemas dentro da janela de liquidação e também ao limitado alcance de se lançar mão de outros instrumentos que normalmente só se podem dar em D+1, D+2 ou D+3. Nessa condição se considera o desfazimento de ativos, cessão ou liquidação de operações, cujo tempo de realização pode ser superior àquele definido, o que limita sua utilização num regime crescente de contingência.

A manutenção da LID tem a finalidade de suprir eventuais necessidades decorrentes da não concretização de eventos previstos no fluxo normal de Ativos e/ou Passivos, num horizonte de tempo e se materializa pela somatória dos haveres registrados em numerário, Títulos do Governo Federal detidos em carteira própria, aplicações com lastro em títulos federais e superávits previstos no fluxo de caixa, o que inclui retorno de compulsórios. Os recursos para sua manutenção, por sua vez, podem advir de operações com CDB e Capital de Giro próprio da instituição.

Entre os fatores que podem impactar a LID, alguns são de origem exógena ao Banco: mudanças do Risco Brasil, crise internacional provocando estreitamento severo de liquidez sobre o Brasil (crises internacionais), brusca alta de juros ou aperto de liquidez no mercado, sinistro de algum banco de porte médio, seguido de efeito “manada” dos aplicadores, solicitação de liquidez dos depósitos a prazo antes da data prevista, brusca subida de exigência de recolhimentos compulsórios.

E outros, de origem endógena ao Banco: ativos de crédito não performados, inclusive LCs não cobertas pelos importadores, acionamento de Fianças prestadas, saque de Contas Correntes Garantidas (pela parte comprometida e não utilizada), retração dos aplicadores em decorrência de evento negativo afetando a imagem do Banco, deterioração sensível da performance do Banco.

## **Determinação da Necessidade Potencial de Liquidez do CCB Brasil**

Regularidade (frequência) das avaliações de cenários.

Os cenários de liquidez têm avaliação diária e possibilita a avaliação do fluxo de recursos para um horizonte de até 180 dias. Considera necessidade potencial de caixa do CCB Brasil, que é uma função dos riscos suportados e também do número de clientes que podem vir a não renovar suas operações simultaneamente.

Para efeito da determinação da necessidade de liquidez do CCB Brasil trabalha-se, inicialmente, com o pressuposto de que o banco só será capaz de executar os ativos após sua janela de liquidação. Esta hipótese possui caráter conservador e justifica-se devido ao pouco tempo que se tem para a resolução de problemas dentro deste horizonte de tempo e também devido à possibilidade de redução ou execução dos ativos cuja liquidação só ocorrerá em D+1, D+2 ou D+3.

A necessidade potencial de liquidez do CCB Brasil é analisada segundo dois métodos distintos e complementares, sendo um “*backward-looking*” e outro “*forward-looking*”, ou seja, análise dos volumes históricos dos títulos e análise da carteira atual por meio de testes de estresse, respectivamente. Os dois métodos propostos são complementares, uma vez que o primeiro reflete o que de fato ocorreu no passado enquanto que o segundo “olha para a frente”, baseando-se nas carteiras correntes e nos cenários de estresse determinados.

### **Análise dos Volumes Históricos Liquidados pelos Clientes - *Backward-Looking***

É possível fazer uma análise retrospectiva do risco de liquidez do CCB Brasil observando-se os impactos, dia a dia, sofridos pela não renovação de clientes.

### **Análise do Risco de Liquidez por Meio de Teste de Estresse: *Forward-Looking***

A necessidade potencial de liquidez do CCB Brasil é analisada “olhando-se para frente”, isto é, tomando-se como referencial os seguintes conjuntos de informações:

- (i) os cenários de estresse considerados pelo Comitê Financeiro;
- (ii) as posições consolidadas dos clientes; e
- (iii) o número teórico de clientes que podem não-renovar simultaneamente as operações passivas ou de não pagar as operações ativas. Incluem-se, nos cenários de estresse possíveis atrasos no recebimento.

O Comitê Financeiro utiliza esses elementos quando analisa suas projeções.

Com base na análise da Matriz de Necessidade Potencial de Liquidez e também em função da composição dos seus ativos, o Banco poderá dimensionar o volume total das linhas de crédito contratadas ou a necessidade de pronta disponibilidade de seu caixa, bem como ter suficiente tempo para alcançar alternativas no mercado local ou internacional.

### **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido pela possibilidade de escassez de caixa, o que pode acarretar incapacidade da Instituição honrar seus compromissos de curto prazo. O Banco realiza constante acompanhamento do grau de descasamento entre os fatores de risco primários, taxas e prazo entre os ativos e passivos da carteira.

O Banco mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a política de Risco de Mercado e Liquidez estabelecidos para a Instituição, adotando como instrumentos de gestão, projeções de liquidez de curto, médio e longo prazo; limites de risco e plano de contingência de liquidez.

O CCB Brasil possui um sistema integrado de gestão de risco de liquidez que permite atender as demandas regulatórias do BACEN (Resolução CMN nº 2.804). Os resultados das análises dos Gaps de Liquidez são apresentados mensalmente no Comitê de Riscos.

### **Riscos Operacionais**

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O processo de gestão do risco operacional tem início a partir da aplicação de uma metodologia própria para o mapeamento dos riscos e controles existentes nos processos. Quando necessário, são elaborados planos de ação para mitigação das principais ameaças identificadas nos processos. As etapas do gerenciamento de risco operacional são: identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos, comunicação e elaboração e acompanhamento do plano de ação.

Adicionalmente, são realizados os registros no sistema de base de dados de perdas operacionais e de gestão de risco operacional dos eventos ocorridos na instituição. Esse procedimento tem como finalidade a formação de uma base de dados a ser utilizada no cálculo de alocação de capital para cobertura do risco operacional, previsto pelo acordo da Basileia II, e proporciona informações suficientes para a identificação das causas desses riscos.

A conjunção das ações de mapeamento e monitoração dos riscos com as informações obtidas pelos registros das perdas incorridas permite uma melhoria contínua nas políticas e nos procedimentos adotados, bem como a redução dos riscos existentes.

A exposição ao risco operacional é revisada ao menos semestralmente, incluindo-se a avaliação de seus controles e ajustando-os de acordo com a estratégia e apetite ao risco. A governança do risco operacional é exercida pela área e toda a administração da Instituição, com a supervisão do Comitê de Auditoria. A estrutura de gestão é distinta daquelas que lidam com o risco de mercado e de crédito permitindo um efetivo sistema de controles internos que visa à redução da probabilidade de erros humanos e irregularidades em processos, produtos e sistemas. Os Comitês de Risco e de Controles Internos determinam qual o nível aceitável de tolerância ao risco.

No quadro abaixo é demonstrado o percentual de perda resultante de falhas operacionais por categoria de evento para o CCB Brasil:

Categoria de evento de perda	2016	2015
Práticas Inad. Relat.a Clientes/Produtos/Serviços	69,21%	81,53%
Fraude Externa	0%	0,81%
Demandas Trabalhistas	30,39%	17,19%
Falhas na Execução e Cumprimentos de Prazos	0,40%	0,47%
Fraude Interna	0,00%	0,00%
Danos a Ativos Próprios ou em Uso pela Instituição	0,00%	0,00%
Eventos de Interrupção das Atividades	0,00%	0,00%
Falhas em Sistemas de Tecnologia da Informação	0,00%	0,00%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>



### 38. *Convergência do padrão contábil às normas internacionais de contabilidade (IFRS)*

Conforme detalhado na nota 1.b, a transição para o IFRS foi contabilizada de acordo com o IFRS 1 e a data da transição escolhida pelo CCB Brasil foi 1º de janeiro de 2009. Consequentemente as políticas contábeis utilizadas nestas demonstrações financeiras foram alteradas nesta mesma data com o objetivo de atender o IFRS em relação com as aplicadas para fins de BR GAAP.

As mudanças nas políticas contábeis decorrentes da transição para o IFRS e a reconciliação dos efeitos dessa transição estão apresentadas abaixo.

#### **Reconciliação entre BRGAAP e IFRS aplicáveis ao Patrimônio Líquido e Resultado Abrangente consolidados do CCB Brasil em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.**

	Nota	2016	2015
<b>Patrimônio líquido atribuído à Controladora em BR GAAP - Base IFRS</b>		<b>1.358.476</b>	<b>734.469</b>
<b>Ajustes de IFRS, líquidos de impostos:</b>			
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	a	326.948	230.369
Comissão a correspondentes no país	f	106.871	14.090
Provisão para contingência garantias prestadas	e	38.283	24.988
Créditos recuperáveis	b	28.045	52.426
Reversão da amortização do ágio da CCB Brasil Financeira	c	8.313	45.600
Designação de instrumentos híbridos na categoria "valor justo através do resultado"	g	-	(1.343)
Mensuração de Empréstimos e Recebíveis ao custo amortizado por meio da utilização da Taxa Efetiva de Juros	h	(1.332)	(12.322)
Mensuração de desconto concedido em empréstimos a clientes	i	(29.738)	(38.507)
Mensuração ao valor justo de captações externas	d	(60.701)	28.441
Impostos diferidos	j	(168.697)	(157.066)
<b>Patrimônio líquido atribuível à Controladora em IFRS</b>		<b>1.606.468</b>	<b>921.145</b>
<b>Prejuízo líquido atribuído à Controladora em BR GAAP</b>		<b>(305.547)</b>	<b>(491.757)</b>
<b>Ajustes de IFRS, líquidos de impostos:</b>			
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros	a	96.145	(83.982)
Comissão a correspondente no país	f	92.781	14.090
Provisão para contingência garantias prestadas	e	13.294	24.988
Mensuração de Empréstimos e Recebíveis ao custo amortizado por meio da utilização da Taxa Efetiva de Juros	h	10.990	(3.633)
Mensuração de desconto concedido em empréstimos a clientes	i	8.769	5.007
Designação de instrumentos híbridos na categoria "valor justo através do resultados"	g	1.343	14.425
Alteração das taxas de conversão de transações denominadas em moeda estrangeira	l	-	(3.055)
Créditos recuperáveis	b	(24.381)	52.426
Reversão da amortização do ágio da CCB Brasil Financeira	c	(37.287)	(4.027)
Mensuração ao valor justo de captações externas	d	(89.142)	104.255
Impostos diferidos	j	(11.198)	(64.239)
<b>Prejuízo líquido atribuído à Controladora em IFRS</b>		<b>(244.233)</b>	<b>(435.502)</b>

## **Descrição das principais diferenças entre BRGAAP e IFRS**

Estão apresentadas abaixo as práticas contábeis aplicáveis ao CCB Brasil em conformidade com o BRGAAP que diferem significativamente do IFRS e que são apresentadas nas reconciliações acima.

### **a. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros**

No BRGAAP, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos, de acordo com norma específica do Conselho Monetário Nacional. De acordo com essa regulamentação, as provisões são constituídas a partir da concessão do crédito, baseadas na classificação de risco de crédito, em função da análise periódica da qualidade do cliente e dos setores de atividade e não apenas quando da ocorrência de inadimplência. No BRGAAP a provisão não pode ser inferior ao mínimo requerido pelas normas do regulador.

O IAS 39 determina que a entidade deve avaliar a cada data-base se existe evidência objetiva que o empréstimo e recebível ou grupo de empréstimos e recebíveis está em situação de perda por redução do seu valor recuperável. Um empréstimo e recebível ou grupo de empréstimos e recebíveis está em situação de perda de seu valor recuperável e perdas por redução ao valor recuperável ocorreram se existir evidência objetiva de redução ao valor recuperável como consequência de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do

empréstimo e recebível (evento de perda) e este evento ou eventos tem impacto em seu fluxo de caixa futuro estimado e possa ser confiavelmente estimado.

Deve-se primeiro avaliar individualmente se uma evidência objetiva de redução ao valor recuperável existe para as operações que são significativas individualmente e individualmente ou coletivamente para as operações que não são significativas individualmente. Se não existir evidência objetiva para uma operação avaliada individualmente, significativa ou não, deve-se incluí-la em grupo de operações com características similares e avaliá-las coletivamente. Aquelas operações que são avaliadas individualmente e que para as quais uma perda por redução ao valor recuperável é registrada não devem ser incluídas na avaliação coletiva.

Para ativos individualmente significativos, a perda por redução ao valor recuperável é mensurada com a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se perdas futuras de crédito que não ocorreram) descontados a taxa efetiva de juros original do empréstimo e recebível.

As diferenças entre normas do BRGAAP e IFRS resultaram em valores distintos de perdas por redução ao valor recuperável e em consequência o ajuste foi reconhecido.

*Nova metodologia interna para classificação de clientes e atribuição de ratings (Válido a partir de Setembro de 2014), no BRGAAP.*

Os empréstimos e recebíveis são classificadas quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação e aos devedores, observando os parâmetros e requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (potencial perda) e o julgamento da Administração.

A partir de Setembro de 2014, objetivando alinhar a política interna de classificação de clientes e atribuição de ratings, para alinhamento às práticas do novo controlador, a provisão de créditos de liquidação duvidosa passou a considerar os seguintes aspectos julgados relevantes:

a) maior destaque à ponderação do resultado da avaliação da situação financeira das empresas, com prevalência sobre outros fatores tomados em consideração na análise dos riscos; b) revisão da importância atribuída para garantias vinculadas, quando provocam melhoras de ratings de clientes; c) revisão dos prazos mínimos para deterioração de ratings, quando decorrentes de atrasos nos pagamentos; d) redução do limite referencial para que operações em atraso provoquem a redução do rating de todo o grupo econômico; e) reclassificação imediata para maior nível de risco, das operações com empresas que declarem situação de recuperação judicial em qualquer fase do uso daquele instituto. Por fim, a administração entendeu necessário reposicionar os principais elementos considerados na análise econômica de seus clientes e assim adotar esses preceitos no cálculo das provisões para perdas em empréstimos e recebíveis, respeitadas mas não limitadas as condições mínimas requeridas pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

Em decorrência da alteração exposta acima houve um aumento significativo da diferença entre as provisões de valor recuperável do BRGAAP e IFRS, dado que este último considera apenas as perdas incorridas no processo de cálculo desta provisão.

#### **b. Créditos Recuperáveis**

De acordo com o BRGAAP os empréstimos e recebíveis classificadas a mais de 180 dias no nível de risco H, segundo critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, devem ser baixados para prejuízo, enquanto o IFRS estabelece que a baixa de créditos para prejuízo leva em consideração o valor recuperável da operação e a impossibilidade de sucesso nos diversos mecanismos de cobrança utilizados pela instituição.

**c. Reversão da amortização de ágio da CCB Brasil Financeira**

Segundo o BRGAAP, o ágio é amortizado pelo montante equivalente ao resultado auferido pela empresa adquirida e o ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo.

De acordo com o IFRS, o ágio não é amortizado, porém é revisado anualmente para desvalorização de seu valor contabilizado ao nível das unidades geradoras de caixa (conforme definido pelo IAS 36 - Redução no Valor Recuperável de Ativos) ou se e quando surgirem indicadores de redução ao valor recuperável (impairment).

Desta forma, o valor da amortização do ágio amortizado no GAAP anterior foi recomposto em virtude da ausência de evidência de impairment.

**d. Mensuração ao valor justo de captações externas**

De acordo com as normas o BRGAAP, todos os passivos emitidos pela entidade devem ser mensurados pelo custo amortizado, por meio da valorização do contrato pela taxa nominal pactuada junto ao investidor. De acordo com o IFRS, uma entidade pode designar um passivo financeiro ao valor justo através do resultado quando tal mensuração resultar em informação mais relevante uma vez que elimina ou reduz significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento (por vezes denominada inconsistência contábil) que de outra forma resultaria da mensuração de ativos e passivos ou do reconhecimento de ganhos ou perdas sobre estes por critérios de mensuração distintos. O CCB Brasil designou captações externas (mensuradas ao custo amortizado de acordo com o BRGAAP) na categoria “passivos financeiros ao valor justo através do resultado” com o propósito de igualar o modelo de mensuração destes passivos com o dos derivativos atrelados, que também são mensurados ao valor justo.

A diferença entre o custo amortizado e o valor justo dos passivos classificados na categoria “passivos financeiros ao valor justo através do resultado” gerou ajuste de critério contábil.

**e. Provisão para contingências garantias prestadas**

De acordo com o BRGAAP as garantias prestadas pelo Banco devem ser classificadas em níveis de risco segundo critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, para os quais existem percentuais mínimos de provisionamento, enquanto no IFRS as garantias prestadas pela instituição são avaliadas como contingências passivas cujo registro de provisão ocorrerá quando for provável o desembolso de recursos.

**f. Comissão Correspondente no País**

No BRGAAP, a partir de 2015, um terço das comissões pagas na intermediação de empréstimos consignados foram apropriadas no resultado do exercício enquanto no IFRS foram incorporadas a taxa efetiva dos respectivos empréstimos e recebíveis.

**g. Designação de instrumentos híbridos na categoria “valor justo através do resultados”**

Em 2010 o CCB Brasil adquiriu Credit Linked Notes emitidas por instituição financeira no exterior. Estes instrumentos financeiros são caracterizados como “instrumentos financeiros híbridos” devido à existência de um derivativo implícito (derivativo de crédito atrelado ao risco subjacente de um terceiro) não intimamente relacionado com o contrato principal (instrumento de dívida com risco de crédito do emissor). Como alternativa a mensuração segregada dos dois componentes da estrutura, o CCB Brasil optou por classificar o instrumento, em sua integridade, na categoria “ativos ao valor justo através do resultado”.

Devido a inexistência da opção de mensurar ativos “ao valor justo através do resultado” no BRGAAP, a diferença entre o custo amortizado deste instrumento (classificado no BRGAAP como mantido até o vencimento) e o valor justo geraram ajuste de critério contábil.

**h. Mensuração de Empréstimos e Recebíveis ao custo amortizado por meio da utilização da Taxa Efetiva de Juros**

De acordo com o BRGAAP, as receitas com tarifas cobradas de clientes que constituam receita efetiva devem ser reconhecidas no resultado do exercício a que se referem. Os custos pagos pela instituição para a originação de operações (comissões dos originadores) atualmente são registradas na rubrica de "despesas antecipadas" e reconhecidas como despesa de acordo com o regime de competência, de forma linear pelo mesmo prazo dos empréstimos e recebíveis geradas. De acordo com o IAS 18, o reconhecimento de receita para taxas de serviços financeiros depende das finalidades para as quais as taxas são fixadas e a base contábil de qualquer instrumento associado. As taxas que são integrantes da Taxa Efetiva de Juros incluem basicamente tarifas / comissões de originação recebidas pela entidade pela geração de ativos financeiros não classificados na categoria “valor justo através do resultado”.

Neste conceito, enquadram-se as Tarifas de Abertura de Crédito (TAC - PJ) e a Tarifa de Administração de Direitos Creditórios (TADC). Essas tarifas incluem remuneração por atividades de avaliação de condições financeiras do tomador, avaliação e registro de garantias, administração do fluxo financeiro dos recebíveis garantidores da dívida, dentre outros. Estas tarifas são parte integrante na geração de um envolvimento contínuo com os instrumentos financeiros resultantes e, juntamente com os respectivos custos de transação, são diferidas e reconhecidas como ajuste à taxa efetiva de juros.

Considerando o conceito acima, enquadram-se neste conceito a Tarifa de Abertura de Crédito (TAC - PJ) e a Tarifa de Administração de Direitos Creditórios (TADC).

A diferença entre a apropriação de juros pela taxa contratual (BRGAAP) e pela taxa efetiva de juros (IFRS) gera ajuste de critério contábil.

**i. Mensuração de desconto concedido em renegociação de empréstimos, não exigidos no BRGAAP**

Mensuração de valor presente de empréstimos e recebíveis de longo prazo não requerido pelo BRGAAP

De acordo com IAS 39, a entidade deve mensurar o desconto advindo de ajuste a valor presente de empréstimos e adiantamentos a clientes e reconhecer o ativo pelo seu valor presente na posição patrimonial. A taxa de desconto contratual ou implícita deve ser adotada consistentemente até a realização do ativo em períodos futuros, reconhecendo o efeito dos juros na demonstração de resultado do exercício.

**j. Impostos diferidos**

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação não afeta o resultado e não afeta o lucro (ou perda) para fins fiscais. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos foram calculados sobre os ajustes de IFRS.

**l. Alteração das taxas de conversão de transações denominadas em moeda estrangeira**

Em BRGAAP as operações denominadas em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da entidade (Real) por meio da utilização da cotação “PTAX 800” (média praticada no dia), conforme determinam as regras do Banco Central do Brasil. De acordo com o IAS 21, as operações em moeda estrangeira devem ser convertidas para a moeda funcional da entidade nas datas de fechamento de balanço a partir da utilização das taxas de fechamento de compra (para ativos em moeda estrangeira) e venda (para passivos em moeda estrangeira).

**m. Outras diferenças de critério**

No momento da construção do balanço de abertura, o CCB Brasil efetuou algumas reclassificações de ativos com vistas a melhor atender as características de ativos e passivos à luz das normas internacionais de contabilidade. Estes ajustes geram reclassificações entre linhas de ativo e passivo mas não impactam o patrimônio líquido ou resultado do exercício:

- **Carteira de câmbio**

Um ativo financeiro e um passivo financeiro serão compensados e o valor líquido apresentado na demonstração financeira quando, e apenas quando, uma entidade: (a) tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos; (b) pretender liquidar sobre uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Considerando que as operações de câmbio negociadas no Brasil atendem estes requerimentos, tais foram contabilizadas em uma base líquida para fins de IFRS, podendo ser apresentados no ativo ou passivo dependendo da posição líquida (devedora ou credora) no final do período de reporte.

- **Operações de arrendamento mercantil**

As operações de arrendamento mercantil efetuadas no país sob o escopo da Lei 6.099/74 são caracterizadas, de acordo com a norma internacional, como instrumentos financeiros com pagamentos fixos e determinados e sem mercado ativo. Tais características levam à sua classificação na linha de “empréstimos e recebíveis - empréstimos e adiantamentos à clientes”.